



**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA
2022**

ANO BASE 2021

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	4
1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	5
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	6
3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	8
4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS..	12
6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....	13
6.1. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	13
6.2. DESEMPENHO FINANCEIRO	16
6.3. INFRAESTRUTURA.....	24
6.4. OPERAÇÕES LOGÍSTICAS.....	29
6.5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA	31
6.6. RELAÇÃO PORTO-CIDADE	38
6.7. GOVERNANÇA CORPORATIVA	41
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	42
7.1. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS:.....	44
8. MAPEAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	47
9. REMUNERAÇÃO	48
10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	48
GOVERNANÇA CORPORATIVA	50
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	50
2 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO.....	53
3 FATORES DE RISCO.....	57
4 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE O DESEMPENHO E ATENDIMENTO DAS METAS E RESULTADOS	59
5 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	59
6 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	61
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	62

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade ao art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Governança Corporativa e Políticas Públicas referente ao exercício social de 2020.

3

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 44.837.524/0001-07 **NIRE:** 35300008448

Sede: Santos / SP

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade por Ações

Tipo de capital: Capital fechado

Abrangência de atuação: local/regional/nacional/internacional

Setor de atuação: Administração da infraestrutura portuária

Diretor de Administração e Finanças: Marcus dos Santos Mingoni

Telefone: 13 3202-6565 / **E-mail:** mmingoni@brssz.com

Auditores Independentes atuais da empresa: Russell Bedford

Telefone: (11) 3313-3509; (11) 4007-1219

E-mails: saopaulo@russellbedford.com.br

Sítio eletrônico: <https://russellbedford.com.br/#>

**ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fabio Lavor Teixeira – Conselheiro de Administração;

Mariana Pescatori Candido da Silva – Conselheira de Administração;

Regis Xavier Holanda – Conselheiro de Administração;

Marcos Kleber Ribeiro Felix – Conselheiro de Administração;

Sidney Antonio Verde – Conselheiro de Administração;

Adilson Luiz Gonçalves – Conselheiro de Administração;

Thiago Benito Robles - Conselheiro de Administração;

Sítio eletrônico: www.portodesantos.com.br

Data de divulgação: 02/06/2022

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explanação dos compromissos de consecução de objetivos e de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para sua respectiva criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

5

A Autoridade Portuária de Santos S.A. (“Santos Port Authority” doravante, “SPA”) tendo por base as melhores práticas de governança e transparência, alinhada à agenda de transformação que o Governo Federal vem implementando no País por meio do Ministério da Infraestrutura (MInfra), com foco em elevar o nível dos serviços prestados e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente, apresenta o relato das ações executadas, metas alcançadas, gastos incorridos, resultados econômicos e sociais obtidos e riscos envolvidos, entre outras informações relevantes, que refletem a melhoria da gestão da Companhia no exercício de 2021.

Como mais um período de avanços, no qual foram dados passos importantes para assegurar que as transformações da Companhia resultem em melhorias para o Porto de Santos e para todo o ecossistema dele dependente, o ano de 2021 ficará marcado na história da SPA. Com importantes ações dentre as quais, o rearranjo na ocupação das áreas obedecendo a critérios mundialmente difundidos como as melhores e mais modernas práticas portuárias, a expansão do modo ferroviário, os ganhos de eficiência, os avanços na implantação das agendas ESG e de inovação tecnológica, e a incorporação da pauta Porto-Cidade, claros indicativos do rumo acertivo que o Porto de Santos segue cumprindo sua vocação em excelência portuária.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Autoridade Portuária de Santos S.A é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo parte integrante da administração indireta da União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), regendo-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013; pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013; pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis, e, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, tendo por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, o maior e mais importante porto nacional, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com

as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo MInfra, ao qual se vincula.

Conforme estabelecido no artigo 2º do Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980 e em seu Estatuto Social, a companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos em alinhamento com os objetivos, políticas públicas e programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor portuário, como o Plano Estratégico do MInfra, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A SPA atua no setor portuário exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos da Lei nº 12.815/13, que preceitua, em seu artigo 17, que a administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

As atividades realizadas pela Companhia objetivam atender as políticas públicas do setor portuário, bem como ao seu objeto social, conforme previsto no Estatuto Social, sem exclusão de outras funções previstas em Lei, e à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013:

I. Prover Infraestrutura:

- a) mediante a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- b) fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- c) promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e
- d) promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.

II. Organizar atividade portuária:

- a) autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- b) autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- c) suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

- d) estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente; e e. estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.
- III. Promover a fiscalização:
- a) fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
 - b) reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“Antaq”), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e
 - c) fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.
- IV. Realizar o planejamento e a exploração de atividades portuárias:
- a. elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
 - b. explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente;
 - c. elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013; e
 - d. arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.
- V. Outras funções:
- a. decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
 - b. exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;
 - c. zelar pela segurança das operações portuárias;
 - d. comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e
 - e. coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho.

Parágrafo único. O disposto nas alíneas b e c do inciso II do caput não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do § 3º do art. 17 da Lei nº 12.815/2013.

A SPA tem como missão desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Apoiada em seus valores internos agilidade e eficiência, compromisso com o resultado, ética, inovação e trabalho em equipe, a Companhia visa ser a Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos o maior e o melhor porto da América Latina.

3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

8

O Plano Estratégico 2021-2025, executado ao longo do exercício de 2021, foi elaborado em alinhamento às principais políticas públicas direcionadas ao setor de infraestrutura:

1. Programa de Parceria de Investimentos – PPI: Dentre as principais políticas públicas do Ministério da Infraestrutura (MInfra), destaca-se como de grande importância a desestatização do Porto de Santos, qualificada na 10ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (CPPI).
2. Plano Estratégico do Ministério da Infraestrutura (Estratégia Unindo Ações – Infraestrutura de Transportes): Publicado em 2019, tendo como principais pilares estratégicos:
 - Mais investimentos, por meio de um grande programa de atração de investimentos privados, imperativo para reverter o quadro de baixo investimento em relação ao PIB decorrente do cenário fiscal restritivo, operacionalizado por concessões e parcerias;
 - Mais eficiência, por meio do planejamento integrado do setor, que leva em conta oferta e demanda nos corredores logísticos, com otimização da matriz modal e tendo por objetivo direcionar os investimentos públicos e privados;
 - Menos burocracia, com foco na melhoria da qualidade regulatória, uso de novas tecnologias, transformação digital e inovação de serviços, facilitando o transporte de cargas e pessoas, reduzindo custos e diminuindo o tempo de deslocamento, de forma a diminuir o peso do Estado sobre o cidadão e o setor produtivo;
 - Mais diálogo com a sociedade e com os diversos atores do setor da infraestrutura de transportes e de trânsito, atuando para identificar e eliminar desequilíbrios;
 - Mais Governança e Gestão, integradas à Administração Central do Ministério e de suas entidades vinculadas, fortalecendo instrumentos de gestão e controle, buscando o alinhamento de ações e do emprego eficiente dos recursos públicos. Por meio do fortalecimento do combate à corrupção, a capacitação do corpo técnico, melhorias da qualidade de vida no trabalho, e avanços na tecnologia da informação corporativa e automatização de processos e;
 - Mais desenvolvimento, de forma a vislumbrar um País com mais produtividade e oportunidades, com regiões geoeconômicas mais integradas e desenvolvidas, além de uma economia dinamizada, com reflexos na geração de empregos e redução de desigualdades.
3. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos – PDZ: Aprovado por meio da Portaria MInfra nº 1620/2020, o novo PDZ permitirá a modernização do Porto de Santos ao planejar estrategicamente a ocupação

das áreas públicas pelos próximos 20 anos. O plano tem por objetivo geral estabelecer os parâmetros de ordenamento das áreas e instalações do Porto Organizado, visando cumprir os seguintes objetivos específicos para cada horizonte de planejamento:





- Promover o desenvolvimento sustentável do Porto;
- Integrar os modais de transporte;
- Otimizar o uso das instalações e da infraestrutura já existentes no Porto;
- Definir a organização espacial da área portuária, considerando a movimentação de cargas e passageiros, sem prejuízo de outras necessárias ao seu funcionamento, limitando seu zoneamento à área do Porto Organizado;
- Propor alternativas para o uso de áreas afetadas e não afetadas às operações portuárias, observando-se as especificidades das áreas adjacentes; e
- Contemplar as melhorias operacionais e os investimentos portuários e de acessos propostos no Plano Mestre.

A visão da SPA é clara no sentido de buscar ser referência nos mais importantes e contemporâneos atributos organizacionais, de forma a (i) fomentar a transformação do Porto de Santos não apenas no maior, mas também no melhor porto da América Latina, e (ii) influenciar positivamente todo o sistema portuário nacional e latino-americano, induzindo o desenvolvimento de seu entorno.

Com isso, a SPA ambiciona que o Porto de Santos concilie economia, gente e clima. Assim, a atuação da Companhia está pautada em 3 pilares estratégicos





FORTALECIMENTO DOS NEGÓCIOS

Foco em eficiência operacional e logística dentro de toda área de influência do Porto, provisão das infraestruturas sob responsabilidade da gestão e garantia da expansão portuária a médio e longo prazos. Tal pilar é composto por 4 temas estratégicos:

			
Eficiência logística	Expansão portuária	Infraestrutura e utilidades	Inovação.
Obter níveis de serviço e índices de produtividade equivalentes aos melhores portos da Europa e EUA.	Atender às demandas de expansão e ser percebido como o melhor porto da América Latina para se investir.	Equilibrar a matriz de transportes do porto e garantir a disponibilidade das infraestruturas e <i>utilities</i> .	Tornar-se o epicentro tecnológico da logística nacional, um polo incentivador de inovação.

DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO




Foco em pessoas, meritocracia, transparência, modernização de processos e equilíbrio econômico-financeiro. Este pilar desdobra-se em 4 temas estratégicos:

 Segurança das Operações	 Transformação digital	 Carreiras e meritocracia	 Eficiência de Processos
Garantir padrões de excelência em segurança pública portuária, comparáveis aos melhores terminais.	Ser um Porto 4.0, com infraestrutura compatível com as melhores soluções tecnológicas do mercado.	Institucionalizar a meritocracia e valorizar nossos colaboradores.	Otimizar processos e rotinas administrativas, e proporcionar maior alinhamento das áreas envolvidas.

10

CONSOLIDAÇÃO DA PLATAFORMA ESG

Foco em uma nova relação com os entes impactados pela atividade portuária (partes interessadas) orientada para valor e sustentabilidade, a fim de mitigar impactos e fomentar o desenvolvimento sustentável regional e nacional. Tal pilar é representado por 3 temas estratégicos:

 Sustentabilidade	 Relações Porto-Cidade	 Governança e Integridade
Realizar a atividade portuária de forma racional e sustentável.	Conquistar a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o crescimento dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.	Criar cultura interna Governança e Integridade, de forma a intensificar a geração de valor para os nossos <i>stakeholders</i> .

Os objetivos do exercício, em nível micro, são atrelados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva por meio do Honorário Variável Mensal (HVM), definidos pela Secretaria Nacional e Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MInfra), e divididos em 7 categorias:

- Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário;
- Ações de Gestão Logística e de Operações;
- Ações de Gestão Patrimonial;

- Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira;
- Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas;
- Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade;
- Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.

O HVM é um dos itens pertencentes à parcela variável da remuneração dos diretores, sendo medido trimestralmente. Está vinculado à apuração dos resultados obtidos/cumprimento de metas pela Diretoria Executiva da SPA, de acordo com os compromissos e ações propostos pelo Ministério da Infraestrutura, com aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

11

Cumprimento de metas – HVM			
	2019	2020	2021
1º trimestre	100%	100%	100%
2º trimestre	100%	100%	100%
3º trimestre	100%	98,2%	100%
4º trimestre	100%	100%	100%

O comprometimento da Diretoria Executiva na consecução das ações para a Companhia resultou na média anual de 100% no cumprimento das metas de gestão de 2021.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atividades desenvolvidas pela SPA são custeadas com recursos próprios, advindos de: (i) receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas; (ii) receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área; (iii) receitas de outorgas com leilões de arrendamentos; (iv) receitas de aplicações financeiras.

Para os investimentos em infraestrutura, além dos recursos próprios da SPA, até 2020 eram utilizados fundos da União, por meio de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, com autorização em lei específica e contabilizados como créditos para futuro aumento de capital para a execução de investimentos de grande porte (projetos específicos e obras de infraestrutura).

Considerando a significativa evolução econômico e financeira construída a partir de 2019, alcançando resultados consistentes e que demonstram a clara capacidade da SPA na geração de caixa operacional de forma sustentável e suficiente para fazer

frente a todos os seus dispêndios e às necessidades de ações de investimentos previstas para os próximos exercícios, a partir do início de 2021 a atual gestão comunicou oficialmente que a execução orçamentária de investimentos passa a ser realizada integralmente com recursos próprios, sem a necessidade de aportes da União.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

12

A execução orçamentária dos investimentos em infraestrutura realizada em 2021 foi de 9,5. Ao longo de 2021 foram investidos R\$ 22,8 milhões, com destaque para os projetos de modernização tecnológica, obras nos acessos da perimetral da margem direita (Santos) e ação de reforço do cais da ilha Barnabé.

Diante do contexto de dificuldades em ganhar celeridade na execução de ações de investimento pela dinâmica de fatores exógenos e que, muitas vezes, fogem ao controle da SPA, como licenciamentos ambientais, desapropriações, judicializações e até falência das subcontratadas, bem como entraves inerentes aos aspectos burocráticos da administração pública, a Administração da SPA tem intensificado os esforços para atuar em parceria com os terminais e demais agentes privados que atuam no Porto de Santos, viabilizando com agilidade e eficiência a execução de investimentos relevantes em áreas comuns do Porto, ou seja, fora da área arrendada dos terminais. Entre obras recém-finalizadas, em curso, e previstas para os próximos anos, são quase R\$ 2 bilhões de investimentos na infraestrutura comum do Porto. Adicionalmente, os investimentos privados em terminais arrendados (contratados ou em fase final de contratação) somam praticamente R\$ 4,2 bilhões. Prosseguimos envidando esforços para que novos investimentos sejam incorporados no escopo das novas concessões e leilões de áreas portuárias.

Vale ainda ressaltar que, considerando a significativa evolução econômico e financeira da SPA construída a partir da entrada da atual gestão, com sólidos e consistentes resultados de lucro e caixa, e com projeções que apontam para geração de caixa operacional crescente e sustentável, a SPA é hoje totalmente independente de recursos da União para ações de investimento.

Resultados dos Indicadores de Políticas Públicas (estabelecidos no Plano de Negócios 2021 da SPA)

Indicador	Sinal	Meta 2021	Realizado 2021	Desempenho %
Proporção de caminhões que não cumpriram o agendamento	-	3,57%	3,26%	109,00%
Utilização de áreas afetas às operações portuárias	+	93,00%	93,00%	100,00%
Índice de Eficiência Operacional	-	30,00%	22,10%	135,00%

Índice de Desempenho Ambiental – IDA	+	94,78%	93,13%	98,00%
--------------------------------------	---	--------	--------	--------

6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Com resultados expressivos na movimentação de cargas, atingindo sucessivos recordes mensais e encerrando o ano com 147,0 milhões de toneladas, alta de 0,3% sobre 2020, o ano de 2021 foi de memorável evolução para a SPA e para o Porto de Santos que, com destaque para os contêineres, que somaram 4,8 milhões de TEU, crescimento de 14,2%, mesmo ainda diante do desafiador cenário da pandemia.

13

6.1. Movimentação de Cargas

No acumulado de 2021, o Porto de Santos atingiu a marca recorde de 147,0 milhões de toneladas movimentadas, ao superar em 0,3% o recorde anterior, registrado em 2020 (146,6 milhões t). Os embarques atingiram 103,1 milhões t, desempenho 3,5% inferior ao observado em 2020.

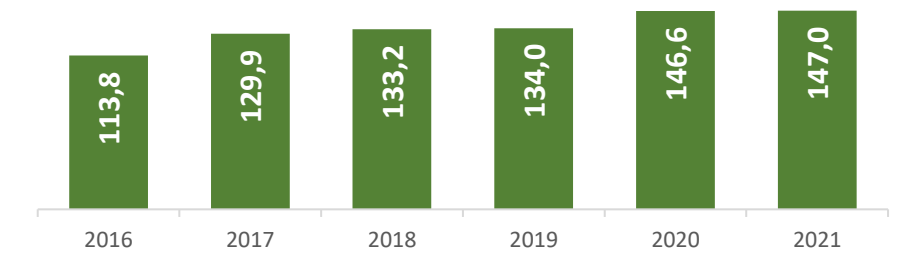
As maiores variações absolutas positivas foram observadas nos embarques de soja em grãos a granel, +2.210,0 mil t (10,5%); carga containerizada, +865,4 mil t (3,2%) e óleo combustível, +713,3 mil t (32,4%). Já as reduções mais expressivas ocorreram nos embarques de milho a granel, -5.501,4 mil t (-38,0%); açúcar a granel, -2.672,6 mil t (-12,8%) e carvão a granel, -257,1 mil t (-75,0%).

Os desembarques atingiram 43,9 milhões t, alta de 10,4% em relação ao movimento registrado até dezembro de 2020. As maiores variações absolutas positivas foram verificadas nos desembarques de carga containerizada, +3.696,4 mil t (18,9%); adubo a granel, +1.410,3 mil t (21,5%) e trigo a granel, +227,8 mil t (21,4%). As reduções mais expressivas foram verificadas nas movimentações de óleo diesel e gásóleo, -1.039,7 mil t (-33,3%); gasolina, -729,0 mil t (-83,9%) e enxofre a granel, -396,5 mil t (-18,2%).

A movimentação acumulada de contêineres registrou a marca recorde de 4,83 milhões de TEU (2,92 milhões de unidades), resultado 14,2% superior ao resultado de 2020. Os desembarques responderam por 2,44 milhões de TEU (1,47 milhão unid.), resultado 14,7% superior ao observado nos doze meses de 2020 (2,13 milhões de TEU / 1,34 milhão unid.). Nos embarques, foi registrada alta de 13,6%, passando de 2,10 milhões de TEU (1,32 milhão unid.) em 2020 para 2,39 milhões TEU (1,45 milhão unid.) em 2021. Em toneladas, a movimentação geral de cargas containerizada também foi recorde ao apresentar alta de 9,7% ante o ano de 2020, totalizando o recorde de 51,4 milhões de t.

Durante os doze meses de 2021 ocorreram 4.855 atracações, patamar 1,0% inferior ao registrado em 2020 (4.842). Excluídos os navios de passageiros e da Marinha, foram registradas 4.800 atracações, sendo 4.097 de navios de longo curso (queda de 1,2% ante o ano de 2020) e 703 navios de cabotagem (alta de 5,6%).

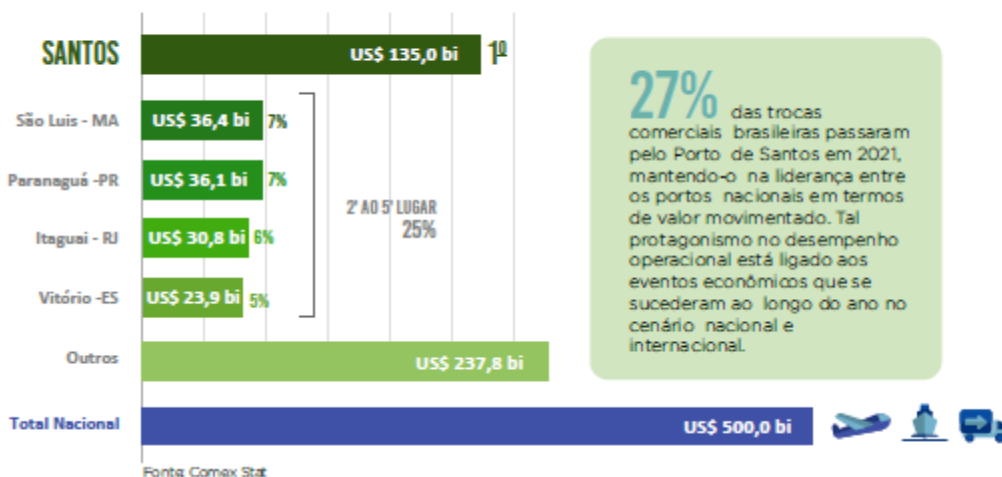
MOVIMENTAÇÃO ANUAL (MILHÕES DE TONELADAS)



Movimentação anual do Complexo Portuário de Santos entre 2016 e 2021.

14

Participação na corrente de comércio 2021



CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL

No cenário internacional, as economias mundiais apresentaram certa recuperação ao longo de 2021. Na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento global esperado para o ano foi de 5,9%. Entretanto, as dificuldades trazidas pela pandemia e suas consequências reduziram a expectativa de crescimento, principalmente considerando os países emergentes, impactados em maior intensidade por pressões inflacionárias e juros altos, levando a uma recuperação menos célere.

Os impactos no setor de transportes levaram ao descompasso logístico que tem gerado bloqueios e perdas de eficiência em diversos portos, provocando escassez de produtos e insumos em diversas regiões do mundo, além da elevação dos custos

logísticos. Em outubro de 2021 o Fundo reduziu a expectativa de crescimento para o Brasil (5,2%) e México (6,2%) e, em contrapartida, elevou a da zona do Euro (5,0%). As economias que estão à frente do crescimento mundial são China (8,0%), EUA (6,0%) e Índia (9,5%).

No contexto nacional, a recuperação da economia avançou em ritmo mais lento, com o cenário ficando mais desafiador nos últimos meses do ano. O setor de serviços se beneficiou com a abertura das medidas sanitárias, enquanto a indústria foi impactada pela escassez de matérias-primas e pelo aumento nos custos dos insumos, inclusive energia – agravada pela crise hídrica –, afetando a inflação.

15

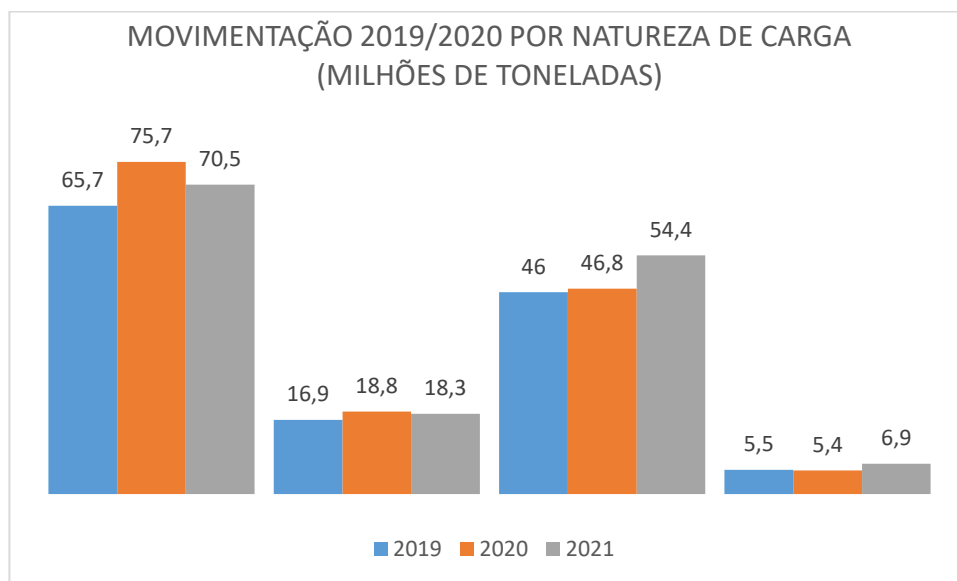
O mercado de trabalho apresentou sutil melhora em decorrência do aumento na atividade do setor de serviços. No setor externo, as exportações, principalmente de commodities, se beneficiaram com a depreciação da taxa de câmbio. Entretanto, os preços de algumas commodities importantes para o Brasil, como o minério de ferro, foram pressionados por restrições envolvendo a redução da atividade siderúrgica na China, que, por sua vez, também foi impactada pela quarentena rígida adotada para conter a disseminação da variante delta. Já nas importações, a alta nos fretes tem afetado as transações internacionais, com efeito na indústria nacional.

Neste cenário, de acordo com o último Boletim Focus para o ano de 2021, a expectativa do mercado brasileiro para o Produto Interno Bruto (PIB) foi de aumento da ordem de 4,5%. As perspectivas para 2022 são de que a economia global deverá crescer 4,9% (FMI).

A recuperação é desigual e reflete em grande parte a rápida capacidade de recuperação de algumas das principais economias mundiais. Em diversas economias emergentes e em desenvolvimento os obstáculos impostos pela pandemia continuam a pesar sobre o nível de atividade, sendo que a estimativa é de que as perdas de renda per capita não foram totalmente recuperadas em cerca de dois terços desses locais.

A perspectiva de crescimento global segue favorável mesmo diante de um cenário mais desafiador e sujeito a riscos significativos, incluindo a possibilidade de novas ondas da covid-19 e tensões financeiras em meio a altos níveis de endividamento das economias emergentes. A previsão de crescimento econômico para o Brasil é de 1,5%, já para a China e EUA, principais parceiros comerciais do Porto de Santos, a perspectiva é de 5,6% e 5,2%, respectivamente, de acordo com o World Bank.

No primeiro bimestre de 2022 do Boletim Focus, do Banco Central, as medianas das expectativas de mercado para as principais variáveis macroeconômicas em 2022 apontam para um crescimento real do PIB de cerca de 0,3%. Já para a taxa Selic, a perspectiva é de 11,75%, enquanto a expectativa da inflação medida pelo IPCA deve ficar em 5,38%, com a taxa de câmbio próxima dos R\$ 5,60/US\$.



Movimentação anual do Complexo Portuário em 2021 segmentado por natureza de carga.

6.2. Desempenho Financeiro

Encerramos o ano de 2021 com lucro líquido recorde de R\$ 329,1 milhões, sendo 62,6% superior a 2020 que fechou em R\$ 202,5 milhões (antes dos ajustes de exercícios anteriores). Esse excelente resultado reflete a forte queda dos dispêndios correntes (-21,1%).

RESULTADO DO EXERCÍCIO	2021	2020	%
Receita Líquida Operacional (Patrimonial + Tarifária)	1.110.442	1.113.289	-0,3%
Dispêndios Correntes/Outras	(572.424)	(725.224)	-21,1%
Resultado Financeiro (Receita - Despesas)	(18.607)	(30.725)	-39,4%
Imposto sobre Lucro (Imposto de Renda e Contrib. Social)	(190.271)	(154.857)	22,9%
Resultado Líquido do Exercício - (Antes dos ajustes exercícios Anteriores)	329.140	202.483	62,6%
Resultado de exercícios Anteriores	-	-	0,0%
Resultado Líquido Final	329.140	202.483	62,6%

Receitas

As tarifas portuárias são organizadas em um conjunto de tabelas correspondentes a cada um dos tipos de serviços prestados pela SPA, tanto no atendimento aos navios e operadores portuários quanto aos donos de cargas (importadores e exportadores), de modo a assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Autoridade Portuária, possibilitando, além da remuneração dos serviços prestados, a justa contrapartida pela infraestrutura disponibilizada bem como a melhoria contínua e expansão dos serviços.

Em maio de 2019 foi publicada a Resolução Normativa nº 32/2019 (RN 32), revogada pela resolução nº 61, de 30 novembro de 2021, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-antag-n-61-de-30-de-novembro-2021-363501894>, prevendo uma reestruturação geral das tarifas cobradas pelos Portos Organizados. Sendo assim, a SPA remodelou, com base na utilização de métricas mais compatíveis com o fornecimento de seus serviços, toda sua estrutura tarifária de modo a, em atendimento aos princípios da isonomia e modicidade, promover o uso racional e eficiente da infraestrutura pública disponibilizada pela Autoridade Portuária. A referida proposta foi encaminhada à Agência em janeiro de 2020, e, em dezembro de 2021, a Agência Reguladora homologou a alteração dos critérios de cobrança pelo uso dos serviços públicos no Porto de Santos, autorizando a entrada em vigor da nova tabela tarifária de forma escalonada, iniciando em fevereiro de 2022.

Na mesma decisão, a Antaq autorizou reajuste médio de 13,19% na receita tarifária do Porto de Santos, corrigindo parcialmente a defasagem histórica nas tabelas, congeladas desde maio de 2018. Na prática, o aumento ainda fica bem abaixo da inflação medida pelo IPCA, que no período (junho de 2018 até dezembro de 2021) ficou em 21,32%.

Conforme determina a Resolução da Antaq, o reajuste é exatamente o necessário para que, nos próximos 36 meses, o total de receitas tarifárias e patrimoniais do Porto de Santos seja equivalente ao total de custeio mais investimentos para expansão e modernização da infraestrutura comum.

Ao verificar o faturamento em 2021, a receita líquida operacional de 2021 teve uma performance muito semelhante a 2020; as receitas tarifárias tiveram uma queda de 7,6% devido ao efeito da apropriação contábil de receitas tarifárias extraordinárias do arrendatário DPW referente à tabela I, que estavam suspensas por determinação judicial, da ordem de R\$ 64,4 milhões. Retirando o efeito deste montante de receitas não recorrentes, observa-se que a receita tarifária em 2021 cresceu 0,2% em relação à 2020, (R\$ 766,3 milhões em 2021 ante R\$ 765,0 milhões em 2020). Com relação à receita patrimonial, houve um incremento da ordem de 13%, em decorrência dos novos leilões e arrendamentos (STS 14 e 14A) ao final de 2020, bem como o reajuste de contratos impactados pela alta dos índices inflacionários.

Por conseguinte, ressalta-se que esta Autoridade Portuária intensificará seus esforços para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo, com foco em ganhos de eficiência para que as infraestruturas portuárias sob sua responsabilidade sejam

continuamente desenvolvidas e ampliadas. Tais esforços se mostram imprescindíveis para assegurar a geração de valor e aumento da competitividade do Porto de Santos como elo fundamental e cada vez mais relevante na cadeia logística nacional.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%
Receitas Tarifárias	766.341	829.362	-7,6%
Patrimonial	493.234	436.525	13,0%
Outras	12.391	12.369	0,2%
Receita Bruta	1.271.966	1.278.256	-0,5%
Impostos	(161.524)	(164.967)	-2,1%
Receita Líquida Operacional	1.110.442	1.113.289	-0,3%

18

Movimentação de Cargas (tonelagem)	2021	2020	%
Carga Geral	58.238	52.158	11,7%
Granel Sólido	70.470	75.673	-6,9%
Granel Líquido	18.305	18.774	-2,5%
Movimentação de Cargas Total (ton.)	147.013	146.605	0,3%
TEU	4.831.972	4.232.046	14,2%

Custos Operacionais

Os custos operacionais totais caíram 5,6% em relação ao ano anterior e os custos recorrentes (excluindo eventos extraordinários) apresentaram queda de 1,2%, proporcionando ganho de produtividade, com a relação custos recorrentes/receita líquida passando de 33,3% em 2020, para 31,3% em 2021.

O acréscimo nos custos com dragagem foi compensado pelas ações de racionalização de gastos com pessoal e também pelos menores gastos com a operação e manutenção do sistema elétrico de Itatinga.

Descrição	2021	2020	%
- Pessoal	163.087	184.471	-11,6%
- Rescisões Extraordinárias	-	5.636	-100,0%
- Acerto Dissídio Retroativo	-	10.838	-100,0%
- Serviços de Terceiros - Custo	127.618	113.851	12,1%
- Dragagem	54.868	30.882	77,7%
- Manutenção de Instalações e Equipamentos	24.105	24.532	-1,7%
- Operação e Manutenção de Itatinga e Subestações	18.613	27.547	-32,4%
- Serviços de Limpeza e destinação final de lixo	14.842	16.581	-10,5%
- Monitoramento de Tráfego de Navios	7.278	7.066	3,0%
- Batimetria, Sinalização, Monit. de Dragagem	5.338	5.452	-2,1%
- Outros	2.575	1.790	43,8%
- Utilidades/ Aluguéis	16.324	9.633	69,5%
- Depreciação / Amortização	40.878	44.218	-7,6%
Total Custos Operacionais	347.907	368.646	-5,6%
Total Custos Operacionais sem Eventos Extraord./Não Recorrentes	347.907	352.172	-1,2%
% s/ Receita Líquida	31,3%	33,3%	

Despesas Gerais e Administrativas

O total de despesas gerais e administrativas demonstrou uma queda de 30,2% em 2021. Na comparação das despesas recorrentes, excluindo eventos extraordinários, observa-se importante queda de 15,1% nas despesas, refletindo os esforços empreendidos na otimização das despesas e aumento da eficiência, o que tem viabilizado a redução contínua das despesas operacionais pelo terceiro ano consecutivo. Essa performance é muito significativa, pois as reduções têm sido alcançadas, mesmo com as pressões inflacionárias e efeitos promovidos pelos reajustes salariais. A Administração da SPA tem priorizado a implementação de uma cultura de austeridade e otimização de recursos que tem sido fundamental para o fortalecimento da saúde financeira da Companhia. A relação despesas recorrentes/receita líquida demonstrou significativo ganho e passou de 12,5% em 2020 para 10,1% em 2021.

Descrição	2021	2020	%
- Pessoal	76.973	85.659	-10,1%
- Pessoal Inativo	4.636	12.047	-61,5%
- Órgãos Colegiados	4.155	3.493	18,9%
- Limpeza / Manut. Instal. Equip.	3.749	5.358	-30,0%
- Transportes	3.464	3.402	1,8%
- Rescisões Extraordinárias	3.075	4.435	-30,7%
- Serv. Terc - Outros (*)	2.955	23.496	-87,4%
- Serv. Terc - Manut. Instal. Equip.	2.146	2.624	-18,2%
- Aluguéis	645	6.858	-90,6%
- Ogmo Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	363	3.249	-88,8%
- Outras	13.914	15.600	-10,8%
Total Despesas Gerais & Administrativas	116.075	166.222	-30,2%
Total Desp. Gerais & Adm. s/ Eventos Extraord./Não Recorrentes	112.637	132.654	-15,1%
% s/ Receita Líquida	10,1%	12,5%	

Demandas Judiciais Cíveis e Trabalhistas

O valor total de despesas com demandas judiciais e trabalhistas foi de R\$ 95,2 milhões em 2021, representando crescimento de 10,1% em relação ao total de 2020, mas uma queda de 36,8% comparando com o patamar registrado em 2019. Importante destacar que a esmagadora maioria dos processos provisionados desde 2019 são de fatos geradores ocorridos em gestões anteriores.

A atual gestão tem atuado fortemente na solução dos processos em andamento e na mitigação das causas raiz para reduzir o potencial de novas demandas judiciais, o que tem resultado em redução do total de demandas provisionadas, como pode ser verificado pela queda de 26,2% no total de processos trabalhistas provisionados entre o final de 2019 e 2021.

Descrição	2021	2020	2019	21 x 20	21 x 19
Total Demandas Judiciais Cíveis (R\$ Mil)	(7.728)	18.311	84.851	-142,2%	-109,1%
Novos Processos Provisionados no Período (qtd.)	6	5	14	20,0%	-57,1%
Processos Encerrados (qtd.)	-	(6)	(5)	-100,0%	-100,0%
Total de Processos Provisionados em 31.12 (qtd.)	27	21	22	28,6%	22,7%
Total Demandas Judiciais Trabalhistas (R\$ Mil)	102.898	68.139	65.818	51,0%	56,3%
Novos Processos Provisionados no Período (qtd.)	123	99	388	24,2%	-68,3%
Processos Encerrados (qtd.)	(293)	(292)	(325)	0,3%	-9,8%
Total de Processos Provisionados em 31.12 (qtd.)	1.020	1.190	1.383	-14,3%	-26,2%
Total Demandas Judiciais Cíveis e Trabalhistas (R\$ Mil)	95.169	86.449	150.669	10,1%	-36,8%

Outras Despesas Operacionais

A rubrica outras despesas operacionais, apresentou forte queda em 2021. A principal explicação é a apropriação de R\$ 45,6 milhões ocorrida em 2020 com as despesas com o PIDV, sendo que não houve essa despesa no ano de 2021. Ao mesmo tempo, houve o registro de despesas com o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em 2021 no total de R\$ 20,9 milhões, fruto do lucro recorde obtido em 2021. No ano de 2020 não houve o pagamento de PLR por ainda existir saldo na conta de prejuízos acumulados.

21

Descrição	2021	2020	VAR	%
- Provisão e Despesa com PIDV	-	45.560	(45.560)	-100,0%
- PLR	20.933	-	20.933	-
- Provisão para Benef. Pós Emprego	1.203	1.924	(721)	-37,5%
- Provisão para Impairment	(2.503)	14.621	(17.124)	-117,1%
- Perdas com Créditos - Decisão Judicial	317	13.927	(13.610)	-97,7%
- Provisão para Devedores Duvidosos	2.062	2.917	(855)	-29,3%
- Baixa de ações regressivas trabalhistas sem perspectiva de recuperabilidade	4.671	-	4.671	-
- Outras receitas / despesas operacionais	586	(4.677)	5.263	-112,5%
- Leilão de Sucata	(6.177)	(6.728)	551	-
Total Outras Despesas/Rec. Operacionais	21.093	67.544	(46.451)	-68,8%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido demonstrou melhora significativa, sendo que o resultado de 2021 foi equivalente a R\$ 18,6 milhões de despesas financeiras líquidas, contra R\$ 30,7 milhões de despesas financeiras líquidas registrado em 2020.

A receita financeira foi favorecida pela maior posição de caixa ao longo do ano e também pela variação monetária de atualização dos valores de outorgas a receber referente às áreas do STS 14 e STS 14A, leiloadas em ago/2020.

As despesas financeiras sofreram o impacto integral ao longo de 2021 dos juros sobre o Termo de Compromisso Financeiro assinado em jun./2020 para o equacionamento do Fundo de Previdência Complementar Portus.

Descrição	2021	2020	%
Var. Monet. das Outorgas ref. áreas STS14 e STS14-A	40.911	11.729	248,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	31.447	25.897	21,4%
Variação Monetária DPW	5.780	13.211	-56,2%
Rendimento Depósitos Judiciais	2.890	629	359,2%
Juros Diversos	834	1.329	-37,2%
Total Receitas Financeiras	81.863	52.796	55,1%
Juros sobre TCF Plano de Pensão	(71.389)	(34.926)	104,4%
Juros AFAC	(16.819)	(23.022)	-26,9%
Correção de Dívida - Sítio Padrão Negativo	(12.205)	(25.435)	-52,0%
Juros Outros	(56)	(139)	-59,4%
Total Despesas Financeiras	(100.470)	(83.521)	20,3%
Total Resultado Financeiro	(18.607)	(30.725)	-39,4%

Endividamento (Caixa Líquido/Ebitda Ajustado)

A SPA apresentou resultado de caixa líquido ao final de 2021, com a posição de caixa e equivalentes de caixa R\$ 657,4 milhões superior em relação ao total de endividamento, demonstrando uma relação caixa líquido/Ebitda de 1,1x, o que sinaliza importante evolução sobre a posição de caixa líquido de R\$ 258,2 milhões observada ao final de 2020 (relação caixa líquido/Ebitda de 0,5x).

Endividamento (Mil R\$)	2021	2020	%
Ressarc. de Benfeitorias em Áreas Arrendadas:	-116.769	-126.879	-8,0%
- Circulante	-24.726	-22.255	11,1%
- Não Circulante	-92.043	-104.625	-12,0%
Termo de Compromisso Financeiro - Portus:	-510.271	-487.415	4,7%
- Circulante	-38.033	-33.615	13,1%
- Não Circulante	-472.239	-453.801	4,1%
Endividamento Bruto	-627.041	-614.295	2,1%
Caixa e Bancos	10.094	15.407	-34,5%
Aplicações Financeiras	1.274.376	844.454	50,9%
Valores Vinculados à Aplicação em Infraestrutura	0	12.589	-100,0%
Caixa e Aplicações Financeiras	1.284.470	872.450	47,2%
Caixa Líquido	657.429	258.155	154,7%

Endividamento de Curto Prazo s/ Total	10%	9%	1 pp
Endividamento de Longo Prazo s/ Total	90%	91%	-1 pp
Ebitda Ajustado (últimos 12 meses)	582.609	502.661	15,9%
Caixa Líquido / Ebitda Ajustado	1,1 x	0,5 x	0,6 x

(1) Dívida assumida em junho de 2020, referente ao Equacionamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Portus.

Liquidez

Todos os indicadores apresentaram relevante evolução na comparação com o ano anterior, evidenciando as conquistas alcançadas para o fortalecimento da sustentabilidade financeira da Companhia. O elevado grau de liquidez atingido demonstra a robustez da saúde financeira atual, potencializando a realização de investimentos e ampliando a capacidade de resolução de passivos.

Liquidez	Fórmula	2021	2020
Liquidez Imediata	Disponibilidade/Passivo Circulante	1,85	1,53
Liquidez Corrente	Ativo Circulante/Passivo Circulante	2,12	1,71
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Realizável a LP)/(Passivo Circulante e não Circulante)	0,83	0,59

6.3. Infraestrutura

Principais atividades executadas com ênfase na infraestrutura portuária (terrestre, aquaviária e de utilidades):

- Planejamento e gerenciamento de obras de dragagem e serviços correlatos;
- Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Desenvolvimento, execução, medição e fiscalização de projetos e obras de infraestrutura portuária;
- Análise de projetos de arrendatários e acompanhamento da execução;
- Manutenção de rede de utilidades (água potável, redes de drenagem, esgoto sanitário, energia elétrica, recolhimento e destinação de resíduos sólidos, varrição de áreas e acompanhamento de instalações gerais para movimentação de cargas, manutenção de aparelhos de ar condicionado, refrigeradores, elevadores, etc.);
- Manutenção e conservação das instalações portuárias;
- Atividades desenvolvidas com objetivo de garantir condições adequadas de uso das vias públicas terrestres, incluindo pavimentação e sinalização horizontal e vertical.

Recuperação de Cais da Ilha Barnabé Serviços de engenharia nos berços de atracação da Ilha Barnabé, para recuperação estrutural dos dolphins existentes e de 302 metros de cais sobre estacas, com contenção de estacas-prancha. Além da construção de poços de visita, inspeções subaquáticas e remanejamento de interferências, está prevista a execução de contenção de talude próximo ao berço Bocaina (lado Guarujá), construção de delfim para melhorar as condições de amarração dos navios, reforço estrutural dos dolphins existentes, bem como instalação de passarelas metálicas de acesso aos dolphins.

Ações 2021:

- Rescisão do Contrato SPA/38.2020 (firmado com a Ster Engenharia Ltda., para execução das obras), em função de atrasos injustificados no cronograma que culminaram na inexecução do contrato;
- Estudos para planejamento da retomada das obras, bem como inspeções e monitoramento para continuidade das operações

Acessos terrestres

Avenida Perimetral da Margem Direita – Trecho Alemoa O projeto compreende intervenções entre o viaduto Paulo Benevides e o início da Avenida Engenheiro Augusto Barata (retão da Alemoa). Visa racionalizar e dar fluidez de tráfego aos veículos de cargas movimentadas nas atividades de exportação/importação pelo Porto de Santos, além da construção de um canal de drenagem, em substituição à vala

existente, com maior capacidade de vazão e consequente melhoria no escoamento da rede de drenagem municipal.

Ações 2021:

- Assinatura dos Contratos SPA/86.2021 (TMK Engenharia S.A. – execução das obras, no valor global de R\$ 20.397.137,56) e SPA/129.2021 (Construtora Vértice Ltda. ME – assessoria técnica à fiscalização, no valor global de R\$ 1.980.000,00), com emissão das Ordens de Serviço para o início de 2022.

25

Novo acesso ao Porto de Santos

A entrada de Santos vem passando por obras que têm como objetivo melhorar o acesso tanto de quem vai à área residencial quanto de quem se dirige à área portuária, em empreendimento que une esforços do Município, Estado e União. A iniciativa busca eliminar o conflito rodoferroviário existente na região do Valongo, viabilizar o incremento dos pátios ferroviários na entrada do Porto de Santos, prover um segundo acesso rodoviário (em localização resguardada das áreas dos terminais de produtos químicos da região da Alemoa), além de ordenar e distribuir os fluxos rodoviários, conjugando o acesso existente pela Alemoa com o novo acesso, de forma a possibilitar o tráfego integral por apenas um deles em caso de interdição do outro, provendo um equilíbrio no trânsito.

Ações 2021:

- Acompanhamento da execução do Contrato SPA/60.2020, firmado com a Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda. – Ebei, no valor de R\$ 3.502.844,01, para elaboração do projeto básico do empreendimento;
- Novos estudos da SPA verificaram a possibilidade de melhorias no traçado, com otimização das áreas na região, culminando em significativa alteração no escopo do Contrato SPA/60.2020, passível de acarretar suspensão do referido instrumento contratual, até a plena definição do objeto da demanda.

Ligação Seca entre Santos e Guarujá

Historicamente, há uma busca por alternativas viáveis à implantação de ligação seca entre Santos e Guarujá. Trata-se de assunto recorrente na rotina portuária e tem como norte a otimização de acessos terrestres na região, gerando contribuições eficazes à infraestrutura, logística e mobilidade regional. Após suspensão, por questões financeiras, do projeto do túnel pelo Governo do Estado de São Paulo (2015), iniciaram-se novos estudos. A Ecovias apresentou estudo preliminar (2019), com

travessia sobre o Canal do Estuário de Santos por ponte (Saboó/Ilha Barnabé). A SPA iniciou estudos de otimização do projeto da Dersa para o túnel imerso, para reduzir impactos com desapropriações e garantir a mobilidade urbana, concentrando diversos modais de transporte. Diversas reuniões e discussões foram empreendidas entre interessados, comunidade portuária e representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Governo Federal, a fim de analisar propostas e verificar alternativas para equacionar o problema Ações 2021:

- Foi realizado o Chamamento Público nº 04/2021 para doação de projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos, sem quaisquer ônus, encargos ou condições à SPA, para subsidiar a implantação e a exploração de túnel submerso para ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá. Encontra-se em andamento o desenvolvimento de estudos para as alternativas e a análise das propostas já recebidas

Avenida Perimetral da Margem Esquerda

Serviços de engenharia para a execução da complementação do Sistema Viário da Avenida Perimetral da Margem Esquerda (2ª fase), promovendo a segregação do tráfego de cargas. Prevê a continuidade das melhorias viárias da 1ª fase, para racionalizar e melhorar o tráfego de veículos pesados, provenientes, principalmente, das atividades de exportação.

Além da adequação do traçado das avenidas Santos Dumont e Perimetral, o projeto prevê a adequação de passeios e ciclovias, implantação de rotatórias, instalação de passarelas de pedestres e respectivos remanejamentos e adequações das redes hidráulicas, elétricas e implantação da sinalização viária. Está prevista a construção de viaduto de transposição à Rodovia Cônego Domênico Rangoni – SP 55, com aproximadamente 500 metros de extensão, que interligará os terminais portuários à SP-55, sentido São Paulo, eliminando o tráfego pesado das vias urbanas de Vicente de Carvalho, assim como a execução de viaduto na Avenida Santos Dumont, sobrepondo-se à Avenida Perimetral Ações 2021:

- Diante da necessidade de desapropriações na região, foram mantidas tratativas junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Secretaria de Patrimônio da União e Prefeitura de Guarujá para viabilizar a utilização das áreas. Ao longo do período, houve a finalização dos estudos ambientais e protocolização no Ibama a fim de obter a Licença de Instalação das obras.

Avenida Perimetral da Margem Direita - Trecho Canal 4 / Ponta da Praia

Compreende o deslocamento das linhas férreas de acesso ao Corredor de Exportação de Granéis Sólidos de Origem Vegetal, com remodelação dos pontilhões sobre os canais 4, 5 e 6 (para ampliar ramais ferroviários e adensar áreas hoje não operacionalizadas). Será implantado novo pátio ferroviário, em aporte à demanda de

utilização do modal ferroviário. Contempla a construção de viadutos para evitar conflito rodoferroviário e promover agilidade no fluxo de veículos.

A nova Avenida Interna será reformulada, considerando o adensamento dos armazéns, desde o armazém 31, até o Armazém XXXIX, contemplando nova infraestrutura de pavimento e utilidades. Obras iniciadas em 2016 e paralisadas em 2019, havendo rescisão unilateral do Contrato DP/72.2015, pela SPA, por descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada.

Com isso, os contratos acessórios de assessoria técnica ao gerenciamento das obras e com as projetistas foram diretamente afetados e paralisados. Considerando a importância das obras, foi celebrado Termo de Cooperação (01/2020-SPA), junto à Portofer, para execução de obras necessárias à implementação da superestrutura ferroviária entre o Canal 4 e a Ponta da Praia. Ações 2021:

- Concluiu-se a execução do Contrato SPA/01.2021, firmado com a Roade Construção Civil e Locação de Equipamentos – Eireli, tendo como objeto a repavimentação asfáltica da Avenida Mário Covas Júnior.

Quanto ao viário interno e viaduto de saída, os estudos para definição de novo projeto funcional foram consolidados pela SPA, ao passo que o projeto executivo encontra-se em elaboração pela Eldorado Brasil Celulose Santos.

Obras de Arrendatários - Competência legal declarada na Lei 12.815/2013, conforme artigo 17 §1º V.

Ações 2021:

- A fiscalização realizada pela equipe de fiscais de campo, durante a execução dos empreendimentos, objetivou monitorar a conformidade das obras perante os projetos aprovados e os normativos legais. Ocorreu em conjunto com a Antaq, por meio de inspeções semestrais, primordialmente, para os investimentos decorrentes de contratos novos ou com prorrogações antecipadas e, nesses casos, além do objetivo da conformidade das obras, houve o acompanhamento dos prazos e valores planejados.

INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA

Serviços de dragagem e levantamentos hidrográficos

- Concluída com êxito a contratação da empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas Ltda., por meio do Contrato SPA/124.2021, visando à manutenção das condições estabelecidas no Contrato MTPA/02.2017 (elaboração de projeto básico e executivo para obras de dragagem por resultado, para readequação da geometria do canal de acesso aquaviário e berços de acostagem do complexo portuário santista), sub-rogado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Com previsão para início dos serviços em janeiro de 2022, o valor total pactuado é de R\$ 371.000.000,00;

- Para auxílio à fiscalização, foi mantida a contratação de serviços de levantamentos hidrográficos, de forma a mensurar o volume dragado em cada campanha de dragagem, sendo executados 168 LHs monofeixe nos berços de atracação e 23 LHs multifeixe no canal de acesso. O calado atual entrou em vigor em julho de 2018. É aplicável aos Trechos I, II, III e subtrecho IV-A. O subtrecho IV-B teve os valores mantidos de -12,7m (0-Zero-DHN), na baixa-mar, e de -13,70m (0-Zero-DHN), na preamar. Todos os calados operacionais podem apresentar ganho de até 1,0 metro em altura de maré igual ou superior a 1,0 metro.

Utilidades

Saneamento básico

Principais serviços realizados

- Operação, manutenção e conservação dos sistemas para tratamento e disponibilização de água potável;
- Abastecimento de navios;
- Coleta, tratamento e descarte de esgoto doméstico;
- Produção e distribuição de água de reúso; e
- Conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final de resíduos sólidos.

O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário inclui captação, adução, tratamento e sistema de distribuição³³³. Possui redes coletoras, 19 estações elevatórias de esgoto e emissário para descarte final do efluente, além de sistema produtor de água de reúso. A captação é feita no Rio Trindade, de onde a água é conduzida por adutora até a Estação de Tratamento de Água (ETA), no Saboó. Da ETA, ela é aduzida aos centros de reservação Saboó e Macuco (onde se encontram reservatórios de distribuição e estações pressurizadoras).

A distribuição de água é feita em três setores: Saboó, Macuco e Ilha Barnabé. Ao longo de 2021, foi realizada a gestão e fiscalização do Contrato DIPRE/04.2020, cujo escopo é a execução da operação, manutenção e conservação dos sistemas para tratamento e disponibilização de água potável, coleta, tratamento e descarte de esgoto doméstico, produção e distribuição de água de reúso e realização de exames laboratoriais de água potável, água de reúso e efluentes do Porto de Santos. Além disso, foi assinado o Contrato SPA/73.2021, com a Global Ship Service Ltda., visando à conservação, limpeza geral, varrição manual, recolhimento e destinação final de resíduos gerados no Porto de Santos. Energia elétrica

Usina Hidrelétrica de Itatinga

Capacidade instantânea da UHI: 15mw (complementados em alta tensão pela Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL), por meio de circuito com capacidade de 8,6 mw ligado em paralelo e mais dois pontos de conexão com capacidades de 1,6 mw e 0,1 mw) Equivale a 80% da energia distribuída pela SPA através de circuitos próprios

- Fornecimento de energia para consumo próprio e suprimento a arrendatários;
- Concluída a contratação de serviços de transporte ferroviário nas áreas da Usina (SPA/34.2021, firmado com a Euroferrovias Indústria e Comércio Ltda. ME), com disponibilização de veículo, serviços de manutenção e abastecimento de combustível incluídos, bem como os serviços de operação por profissional qualificado;
- Contrato SPA/58.2021, firmado com a IC Supply Engenharia Ltda, para prestação dos serviços especializados de operação e manutenção elétrica e eletromecânica preventiva e corretiva de alta, média e baixa tensão nas áreas sob a responsabilidade da SPA;
- Contrato SPA/115.2021, firmado com a ABB Automação Ltda., para prestação dos serviços de suporte à operação e manutenção, essenciais para garantir a regular e confiável operação da Usina.

6.4. Operações Logísticas

Em 2021, a SPA dedicou esforços para modernização e otimização das ações em suas operações, observando outros portos no mundo, e adequação dos serviços no âmbito digital, tendo em vista a pandemia da covid-19.

Foram aprimorados os serviços de fiscalização, acessos aquaviários e terrestres, além da conclusão de projetos que estavam em desenvolvimento desde 2020, bem como a criação e padronização de normas e processos que vinham sendo realizados da mesma forma durante décadas, resultando em eficiência e transparência das operações portuárias.

Principais ações realizadas em 2021:

Operações (Fiscalização)

- Centralização das equipes de fiscalização das operações portuárias, gerando Redução mensal de R\$ 700 mil na folha de pagamento, com horas extras e adicionais de risco e noturno;
- 658 Autos de Inspeção;
- 96,74% de caminhões que cumpriram o agendamento.

Planejamento Logístico

- 7 Processos Normatizados;
- Digitalização do processo de Requisição de Serviços e/ou Materiais – RSM;

- Novo sistema de agendamento de Caminhões – Sealog;
- Contratação de empresa para a implantação da infraestrutura de monitoramento de acesso terrestre ao Porto;
- Contratação de empresa para elaboração do projeto básico de implantação do VTMS no Porto de Santos.

Operações

- Criação da calculadora para prancha operacional de granéis líquidos, eliminando o tempo de espera na área de fundeio para esse tipo de embarcação;
- Homologação para operação de navios de 366 metros
- 41 notificações por baixa prancha operacional;
- 2 Navios desatracados por baixa produtividade.

30

Inovação

Em linha com a tendência portuária mundial e atendendo à necessidade de aprofundar sua aplicação no Porto de Santos, a SPA incorporou em seu Plano Estratégico o tema da inovação. Desde então vem realizando ações a fim de implantar a cultura da inovação no cenário portuário santista, abrindo as portas para que diversas entidades possam utilizar, em parceria, a expertise e os dados da Companhia, trazendo melhorias e tecnologia para a região do maior porto da América Latina.

Principais ações relativas à inovação

- Criação da Normatização para realização de acordos de cooperação técnica, com foco em inovação;
- *Benchmarking* nos maiores portos do mundo, observando as tendências em inovação portuária;
- Criação do Comitê de Inovação; e
- Acordo de Cooperação Técnica - Acordo de Cooperação (SPA, Wilson Sons e DockTech): projeto inovador para monitoramento da profundidade do canal do Porto de Santos, em tempo real.

31

Próximos passos:

- Acordos de Cooperação Técnico Pedagógica com Instituições de Ensino da região.
- Elaboração do Plano de Inovação. Promoção de hacktons e eventos de Inovação.
- Implantação de redes 5G, LoRa e projetos de IoT

6.5. Sustentabilidade Ambiental e Segurança

Iniciativas Sustentáveis em destaque

A Companhia vem gradativamente intensificando o processo de engajamento em questões de sustentabilidade, prevendo, inclusive, a consolidação de sua plataforma ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) em seu plano estratégico

Em 2021, a SPA reestruturou sua Política de Sustentabilidade, pautando seus objetivos no desenvolvimento sustentável e gestão de atividades, operações, instalações, processos e obras portuárias, de forma a assegurar que os recursos naturais sejam transformados de forma racional e sustentável.

Política de sustentabilidade

1. Atender integralmente à legislação vigente e às suas próprias normas;
2. Proteger o meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição em todas as suas formas, buscando a proteção da biodiversidade e do ecossistema portuário;
3. Buscar a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental e estimular a inovação na busca de oportunidades dignas para o crescimento sustentável dos negócios;
4. Buscar a excelência na prestação de serviços portuários, com responsabilidade ambiental e respeito à diversidade e aos direitos humanos;
5. Promover ações de engajamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicáveis à Companhia;
6. Exercer boas práticas de governança, integridade e transparência na elaboração de políticas públicas, atuando na prevenção de conflitos de interesse e atos de corrupção, e exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis.

Relatório de Sustentabilidade

Publicado em 2021, o Relatório de Sustentabilidade relata de forma objetiva e transparente os resultados da Companhia (referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020) sobre temas materiais relevantes aos stakeholders, elaborado de acordo com os GRI Standards. A escolha dos temas relevantes da Companhia para a materialidade do relatório foi feita entre os principais agentes que atuam no Porto de Santos, a fim de assegurar que os interesses da Companhia e de seus diversos stakeholders fossem contemplados no documento

Agenda Ambiental Institucional 2021-2023

A Agenda Ambiental Institucional para o triênio 2021-2023, por sua vez, é o documento que expressa os compromissos e ações da SPA, envolvendo as questões ambientais no âmbito de suas atividades e alinhando-se à Política de Sustentabilidade da Companhia. Apresenta-se como um importante instrumento de mudança de cultura institucional, correlacionando-se com os ODS da ONU e estimulando as partes interessadas a incorporar os aspectos ambientais às suas atividades

Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), iniciou em 2021 um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas nos portos brasileiros. O Porto de Santos, além de constar da lista do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), possui a posição mais crítica no ranking de risco climático considerando os portos da Região Sudeste, estando sob maior risco para as ameaças de vendaval (2º lugar no ranking geral no cenário atual e 3º lugar para o ano de 2050) e aumento do nível do mar (4º lugar no ranking geral no cenário previsto para o ano de 2050).

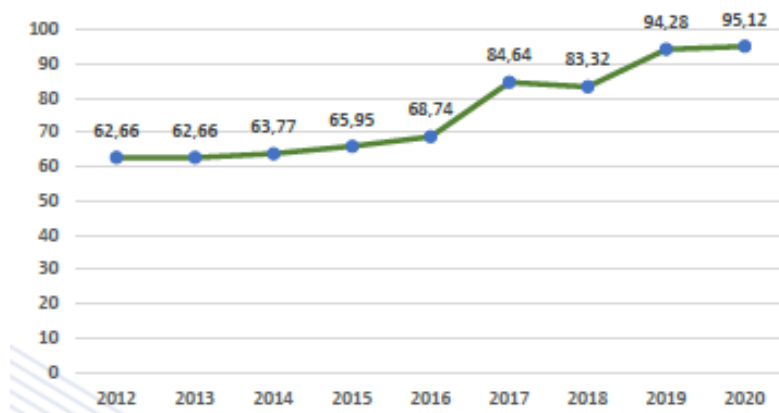
Adeção ao Pacto Global

A Rede Brasil do Pacto Global mobiliza o setor empresarial brasileiro para que atue alinhado a práticas sustentáveis, contribuindo para equacionar os principais desafios atuais, como as mudanças do clima, a extrema desigualdade social e a corrupção. A partir de julho de 2021, a SPA passou a integrar a lista de mais de 19.500 empresas do mundo (cerca de 1.500 no Brasil) que aderiram ao Pacto Global da ONU.

IDA/Antaq

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Antaq avalia, desde 2012, a qualidade e eficiência da gestão de ambiental de diversos portos públicos e terminais privados, por meio de vários indicadores. Em 2021, a SPA obteve o índice 95,12 no IDA/Antaq, registrando evolução contínua nos quesitos ambientais portuários auditados pela Antaq.

Evolução do IDA - Porto de Santos



Programas de Monitoramento e Controle Ambiental

A SPA atua sob amparo de licença ambiental com condicionantes que versam sobre os mais diversos temas, com foco na garantia do controle ambiental das atividades e o monitoramento dos recursos naturais do complexo portuário. Emitida pelo Ibama no ano de 2017, a Licença de Operação do Porto Organizado de Santos (LO nº-1.382/2017) possui ao todo 40 condicionantes, sendo 10 condicionantes gerais e 30 condicionantes específicas.

O escopo da LO abarca 33 planos e programas ambientais distintos, direcionados, de forma geral, para medidas de monitoramento e gerenciamento de riscos, emergências ambientais, resíduos sólidos, efluentes líquidos, passivos ambientais, fauna sinantrópica, qualidade do ar, qualidade das águas, qualidade dos sedimentos, biota aquática, avifauna, espécies exóticas, perfis praias, educação ambiental, comunicação social, ruídos e vibrações, atividades pesqueiras, auditoria ambiental, gestão e controle da dragagem.

Biodiversidade

Diante do cenário em que o Porto de Santos está inserido, em região cercada de importantes áreas de proteção ambiental como o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Estadual Restinga de Bertiooga, o Parque Estadual Xixová-JapuÍ, o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos e a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro somados à responsabilidade do importante papel que desempenha no cenário econômico social do País, a SPA assume o desafio de gerenciar as operações portuárias do maior porto da América Latina de forma a evitar e reduzir ao máximo os impactos significativos.

Entre os principais riscos à biodiversidade, encontram-se os relacionados com as atividades de dragagem, que, se não forem devidamente gerenciados, têm potencial de causar redução do número de espécies, conversão de habitats e mudanças de processos ecológicos no canal de navegação e berços de atracação. Outro aspecto significativo advém do risco de introdução de espécies exóticas provenientes de água de lastro e das obras vivas das embarcações, caso não haja um controle adequado.

Além do monitoramento contínuo dos aspectos ambientais da operação portuária, a SPA estabelece normativos de controle e mitigação de não conformidades que

permitem o adequado gerenciamento dos riscos da atividade portuária, garantindo a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade de sua área de influência. Destacamos o estudo de monitoramento dos organismos bentônicos e planctônicos, dos quelônios, das aves e das espécies exóticas presentes na região do Porto de Santos. Cabe ressaltar que alguns destes monitoramentos são realizados há mais de uma década.

Monitoramento da Qualidade das Águas

A SPA executa campanhas mensais no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, previsto na Licença de Operação do Porto de Santos. A atividade contempla a coleta de amostras de água em 16 pontos distribuídos ao longo do canal de navegação, em três diferentes profundidades (superfície, meio e fundo) as quais são encaminhadas para análise físico-química e microbiológica em laboratórios especializados.

Os resultados das análises são comparados com os padrões de qualidade previstos na legislação correlata atualmente vigente (Resolução Conama Nº 357/2005 e Decreto Estadual Nº 8468/1976).

Monitoramento dos Efluentes

No que tange aos efluentes sanitários oriundos dos terminais arrendatários, a SPA conta com um sistema próprio de tratamento de esgoto abrangendo a margem direita do Porto de Santos. Para a operação deste sistema, a Autoridade Portuária mantém um contrato de prestação de serviço de coleta, tratamento e descarte de esgoto doméstico, além de produção e distribuição de água de reúso.

Com vistas ao preconizado na Licença de Operação da SPA, também são realizadas campanhas mensais de monitoramento da qualidade de efluentes oriundos da rede de drenagem pluvial, em locais estrategicamente distribuídos em toda a extensão das margens direita e esquerda do Porto Organizado de Santos.

Redução de resíduos poluentes

Gestão de resíduos sólidos

A SPA tem como premissa a garantia do adequado cumprimento de todas as etapas do processo de gerenciamento de resíduos (da geração à destinação) em sua área de atuação. A Autoridade Portuária de Santos mantém contratos para coleta diária dos resíduos gerados em suas atividades e nas áreas públicas portuárias e, para os demais atores (como terminais e navios), são estabelecidos rigorosos padrões e procedimentos, atestando a regularidade na destinação e nas etapas internas de gerenciamento.

Tal procedimento permite consolidar um inventário integral da geração no Porto Organizado de Santos. Em complemento, ao longo de 2021 foi consolidado um diagnóstico detalhado visando integrar os procedimentos de gerenciamento de resíduos de todos os atores do Porto Organizado de Santos, que permitirá um adequado planejamento de ações para otimizar recursos, reduzir impactos ambientais

e possibilitar ações estruturantes para a valorização dos resíduos sólidos gerados. A SPA promoveu uma importante reestruturação da Norma que trata dos procedimentos para os serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos provenientes de embarcações nas áreas do Porto Organizado de Santos.

O documento inclui o detalhamento necessário para as empresas já credenciadas ou interessadas em se credenciar, contemplando as etapas de coleta, de transporte e de destinação ambientalmente adequadas dos resíduos de embarcações. A norma possui interface com o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos previsto na Licença de Operação do Porto.

Com esta nova norma a SPA atua na promoção do atendimento dos mais recentes requisitos legais aplicáveis e otimiza o processo de gestão de resíduos sólidos, visando à proteção da saúde pública, do meio ambiente e da economia, coibindo o descarte irregular de resíduos que podem implicar na poluição ambiental do solo e das águas.

Principais inovações

- Manifesto de Transporte de Resíduos Digital e Sistema Sigor/Cetesb;
- Controle de Resíduos de Interesse da Fiscalização Federal Agropecuária;
- Otimização na logística de assinatura em certificados de retirada de resíduos;
- Institucionalização do sistema de credenciamento para empresas coletoras;
- Articulação com autoridade sanitária (Anvisa);
- Exigência de Cadri para o armador ou agente marítimo;
- Previsão de pesagem do caminhão;
- Cerco preventivo para retirada de resíduo oleoso;
- Previsão de cobrança de tarifa pelo credenciamento;
- Possibilidade de cobrança de taxa de emissão de gases e consumo de combustíveis;
- Exigência de treinamento sobre boas práticas;
- Difusão da Política de Sustentabilidade da SPA;
- Medição de fumaça preta nas inspeções dos veículos; e
- Redução da burocracia e de consumo de papel

TIPOS DE RESÍDUOS DESTINADOS PELA SPA*						
TIPOS DE RESÍDUOS						
Perigosos	2019		2020		2021	
	Quantidade	Destino	Quantidade	Destino	Quantidade	Destino
Óleos usados/Emulsões Oleosas	5,45	Beneficiamento/tratamento ¹	0	Beneficiamento/tratamento ¹	18,40	Beneficiamento/tratamento ¹
Lâmpadas	0	Beneficiamento/tratamento ¹	0	Beneficiamento/tratamento ¹	4,01	Beneficiamento/tratamento ¹
Materiais contaminados	1,91	Beneficiamento/tratamento ¹	30,6	Beneficiamento/tratamento ¹	3,59	Descontaminação/Incineração
Líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	0,72	Descarte ²	0	Descarte ²	0	Descarte ²
Telhas de amianto	47,43	ND	0	Descarte ²	74,00	Descarte ²
Toners e Cartuchos	0	Logística Reversa	0,2	Logística Reversa	0	Logística Reversa
Total de resíduos perigosos	55,51	—	30,8	—	100,00	—

Não Perigosos	2018		2019		2020	
	Quantidade	Destino	Quantidade	Destino	Quantidade	Destino
Metal	1.032,54	Beneficiamento/tratamento ¹	3.505,00	Beneficiamento/tratamento ¹	4,78	Beneficiamento/tratamento ¹
Plástico	0,09	Beneficiamento/tratamento ¹	0,90	Beneficiamento/tratamento ¹	0,28	Beneficiamento/tratamento ¹
Papel / papelão	0,07	Beneficiamento/tratamento ¹	36,40	Beneficiamento/tratamento ¹	0,67	Beneficiamento/tratamento ¹
Vidro	0	Beneficiamento/tratamento ¹	4,2	Beneficiamento/tratamento ¹	0,01	Beneficiamento/tratamento ¹
Mistura de Recicláveis	0	Beneficiamento/tratamento ¹	1,5	Beneficiamento/tratamento ¹	4,52	Beneficiamento/tratamento ¹
Madeiras	0	Beneficiamento/tratamento ¹	70,3	Beneficiamento/tratamento ¹	22,64	Descontaminação/Incineração
Orgânicos*	3.127,96	Beneficiamento/tratamento ¹	3.097,10	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²	2.669,52	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²
Lodo de tratamento de esgoto	264,48	Descarte ²	272,90	Descarte ²	329,90	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²
EPIs/vestuário não contaminado	0	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²	0	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²	0,38	Beneficiamento/tratamento ¹ e Descarte ²
Resíduos de construção civil	30,86	Beneficiamento/tratamento ¹	20.477,10	Beneficiamento/tratamento ¹	28.638,39	Beneficiamento/tratamento ¹
Total de resíduos não perigosos	4.456,00	—	27.465,40	—	31.671,08	—

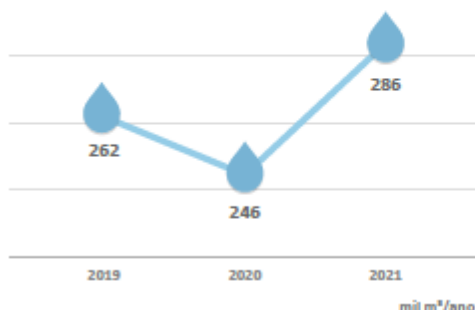
AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Gestão das águas e efluentes

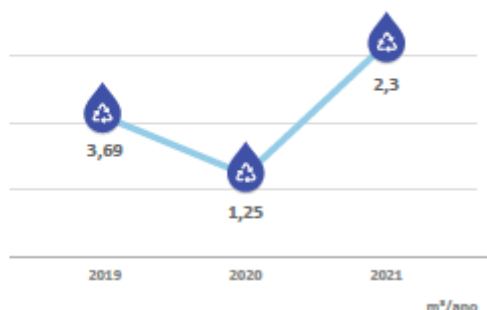
Um dos diferenciais do Porto de Santos em relação a complexos portuários nacionais e internacionais é a existência de uma usina hidrelétrica própria, operada pela Autoridade Portuária, e que responde por parte significativa do fornecimento de energia elétrica. A SPA possui ainda uma Estação de Tratamento de Água (ETA) e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) para atendimento à demanda dos arrendatários do Porto de Santos.

Arrendatários

Consumo de água



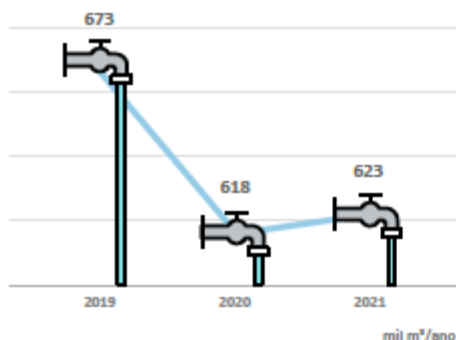
Consumo de água de reuso



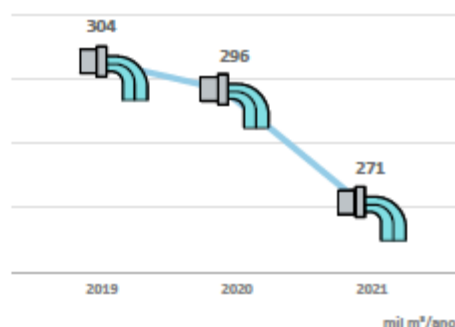
37

Apesar da queda no consumo de água pelos arrendatários de 2020 em relação a 2019, em 6,11%, em 2021 registrou-se um aumento anual em 16,26%. Esta oscilação pode estar diretamente relacionada aos procedimentos adotados em função da pandemia da covid-19, com estabelecimento de trabalho em regime de home office em 2020 e gradual retomada das atividades de forma presencial, além de intensificação em procedimentos de higienização. Enquanto em 2020 verificou-se uma redução de 8,17% do volume total, comparado a 2019, em 2021 registrou-se ligeiro aumento no volume total de água tratada, 0,81%. Tal como o consumo de água, esta oscilação pode estar associada aos procedimentos adotados em função da pandemia da covid-19 em 2020 (home office) e retomada gradual ao trabalho presencial

Volume de água tratado total no porto



Esgoto tratado total



Consumo de resmas

Significativa redução no consumo de resmas de papel sulfite em virtude de implantação de sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), bem como diversas ações educativas realizadas (palestras e mensagens audiovisuais em diferentes formatos).

Contratações

Inspirados em modelos disponibilizados pela AGU, desde 2019 a SPA adota “critérios de sustentabilidade” como item obrigatório em todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços. De maneira geral, esses critérios visam: dar

preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; o emprego de materiais e equipamentos que atendam a requisitos de segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental; e a promoção de campanhas periódicas internas de conscientização e treinamento sobre boas práticas ambientais.

Embora possuam aspectos gerais, os critérios de sustentabilidade são bastante específicos a depender do material a ser adquirido ou objeto do serviço a ser contratado, podendo prever: adoção de logística reversa, quando cabível; atendimento à normativos específicos; indicadores de cunho ambiental, visando à promoção de campanhas de redução de utilização de recursos naturais; e demais critérios de controle operacional relacionados aos aspectos e impactos ambientais.

Tal solução está prevista no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SPA e exerce papel de grande importância, tanto no âmbito ambiental, quanto social e econômico, visando redução do consumo de recursos naturais, utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

6.6. Relação Porto-Cidade

Ainda sofrendo os efeitos da pandemia do novo coronavírus, 2021 foi um ano desafiador para a relação Porto-Cidade, exigindo a reavaliação das estratégias de atuação junto à sociedade, tendo em vista a importância da sinergia com a comunidade para o correto desenvolvimento portuário.

DESTINO DO COMPLEXO CULTURAL DO PORTO DE SANTOS-

Em 2021, a SPA suspendeu as atividades de visitação ao Museu do Porto de Santos, em caráter temporário, até a conclusão do projeto de desestatização da Companhia. Diante do atual cenário de desafios financeiros e operacionais, a inserção do Complexo Cultural no plano de desestatização proporcionará um destino nobre para este elemento fundamental para o fortalecimento da Relação Porto-Cidade.

Para subsidiar esta transição, realizou-se o inventário de todo o acervo museológico, obtendo-se o registro fotográfico de mais de 800 itens em exibição no museu. Também foi concretizada a digitalização de um número superior a 500 negativos fotográficos em vidro, com imagens, inclusive, do período de fundação do Porto Organizado, há mais de um século atrás.

INICIATIVAS JUNTO À COMUNIDADE

A SPA manteve o desenvolvimento de importantes iniciativas junto à comunidade portuária, no intuito de mostrar que o papel do Porto de Santos vai muito além de sua atividade fim de operação de cargas. Iniciativas em destaque:

- Assinatura do Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Guarujá para a construção de 649 Unidades Habitacionais no empreendimento Parque da Montanha, envolvendo a remoção das famílias que hoje

- ocupam a área do Complexo da Prainha, em um investimento de R\$ 40 milhões;
- Elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público e obtenção das autorizações para a condução dos estudos referentes à ligação seca entre as cidades de Santos e Guarujá, em uma iniciativa histórica que facilitará a mobilidade urbana entre os dois municípios; e
 - Definição das estratégias de intervenção, por parte da SPA, necessárias à revitalização e à modernização das áreas portuárias das regiões do Valongo e do Paquetá, como um dos primeiros passos para a recuperação da área que engloba o centro histórico da cidade.

VISITAS INSTITUCIONAIS

A SPA recebeu profissionais dos mais diversos setores econômicos, além de autoridades nacionais e internacionais. Com o cuidado oriundo dos protocolos para controle da disseminação do coronavírus, foram recepcionados nas dependências da Companhia o Ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, senadores, secretários, deputados, vereadores, prefeitos e representantes de entidades de fiscalização e controle, além dos gestores das empresas que integram o complexo portuário.

As visitas internacionais também se destacaram, com a inclusão de representantes da SPA na Missão Dubai que contou com a presença do Ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e do Presidente da República, Jair Bolsonaro; e a presença da SPA no XXIX Congresso Latino-Americano de Portos (AAPA), realizado em Cartagena, onde foi anunciado que Santos sediará a próxima edição do congresso, em 2022.

PATROCÍNIOS

Por conta da pandemia da covid-19, a SPA suspendeu em 2021 o processo de seleção pública anual, visto que aditou todos os contratos de patrocínio de 2020, impactados pelas restrições dos protocolos sanitários ao coronavírus. Dessa forma, a SPA patrocinou seis iniciativas nos âmbitos cultural, esportivo e ambiental, sempre com o objetivo de desenvolver projetos socialmente relevantes, que promovam maior envolvimento do Porto de Santos com as comunidades, estimulando a preservação da cultura e do meio ambiente locais.

Santos Jazz Festival - Evento tradicional de música que contribui para a democratização da cultura e diversificação de público, com apresentações e oficinas musicais em diversos pontos da cidade de Santos.

Festival de Cenas Teatrais (Fescete) - Principal festival de teatro da baixada, reúne diversas apresentações e fomenta a formação de novos talentos e estimula profissionais da dança, teatro, música, poesia e artes visuais.

Mantas do Brasil - Organização que realiza atividades de preservação dos ecossistemas marinhos na região da Baixada Santista

Santos Lixo Zero - Promotor de ações que sensibilizam sobre a importância na redução da geração de resíduos e sobre o seu devido encaminhamento.

Nadar Pelo Porto - Patrocínio à atleta de alto desempenho Ana Marcela Cunha, medalhista olímpica pelo Brasil e exemplo de garra e superação para todos os cidadãos.

Meia Maratona de Santos - Ação de incentivo à prática de esporte, que reúne centenas de atletas do pedestrianismo, promovendo o envolvimento do Porto de Santos com a comunidade que o cerca.

40

EVENTOS

Duramente impactado pelos efeitos da covid-19, o 2º Festival Porto-Cidade adaptou-se ao novo contexto, com uma programação totalmente online, onde se destacaram a live com a atleta Ana Marcela, uma apresentação musical do artista Digo Maransaldi, além do 1º concurso de fotografias da SPA, com mais de 200 inscrições.

FUNDAÇÃO CENEP-

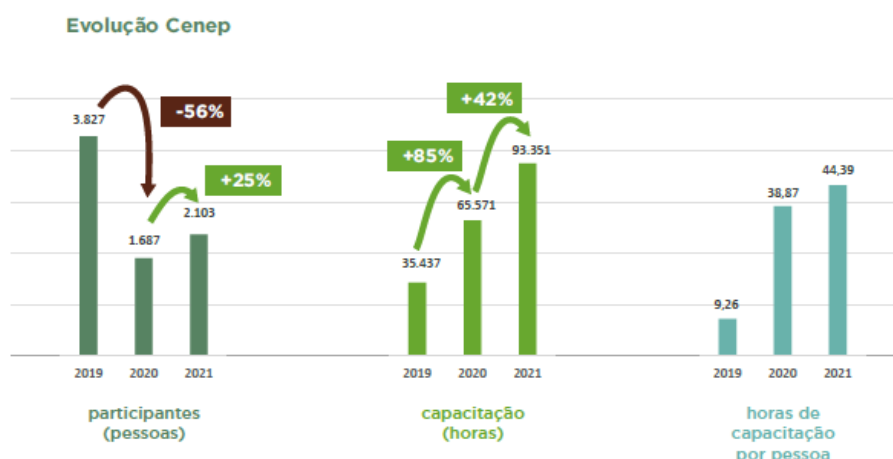
Com mais de 100 cursos realizados durante o ano de 2021, a Fundação Cenep contou com 2103 alunos participantes de uma ou mais capacitações oferecidas, totalizando 93.351 horas de carga-horária, entre cursos presenciais e à distância. Houve expansão das capacitações EAD, com destaque especial para o curso de Fundamentos de Logística, Infraestrutura e Ambiente Portuário que contou com mais de 900 inscritos. O curso abordou:

Ensino no Ambiente do Porto; Sistemas Portuários–Conceitos; Regulação Portuária; Noções de Direito Portuário, Aduaneiro e Marítimo; Noções de Logística; Logística - Operações Portuárias; Segurança e Saúde Ocupacional e Navegação. E, ainda, Agenciamento Marítimo; Gestão da Água de Lastro; Logística Sustentável; Petróleo e Energia; Sistema Ambiental Portuário – Oceanografia; Plano Nacional-Zoneamento; Laboratório de Pesquisa- NPH; Ciências do Mar e Relação Porto-Cidade.

Os cursos voltados aos trabalhadores portuários avulsos também tiveram ampla participação, com 1.696 diplomados. Destacaram-se: “Atualização Profissional do Trabalho Portuário”, “Saúde e Segurança no Trabalho em Altura” e “Saúde e Segurança no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis” (NRs 35 e 20).

Com foco no sistema portuário, em 2021 a Fundação iniciou um Programa de Apoio e Patrocínio às Pesquisas, disponibilizando professores para contribuir com orientações

e fontes de evidências para coleta de dados. Foram dois estudos: “Erosão Costeira e Planejamento Urbano: Revisão histórica da ocupação da Ponta da Praia de Santos – SP”, apresentado no XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (2021) e “Análise da Competitividade dos Terminais na Perspectiva de Rotas Marítimas com a Aplicação de Cluster Hierárquico”, apresentado no 35º Congresso da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Transportes (Anpet).



6.7. Governança Corporativa

Na busca pela melhoria contínua do sistema de governança da SPA, destacamos as principais ações que possuem alinhamento às regras previstas na Lei nº 13.303 e tendo como referência as melhores práticas disseminadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pela B3 (segmento do Novo Mercado) e pelas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

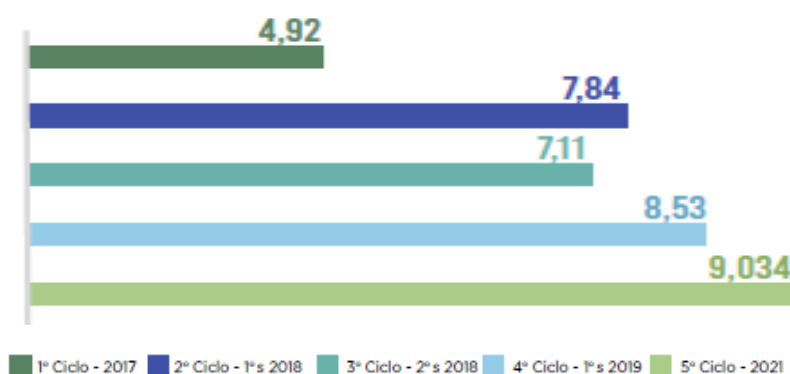
- Fixação de princípios e diretrizes a fim de orientar a realização e o recebimento de doações e contribuições, a fim de prevenir a ocorrência de atos ilícitos em decorrência da utilização de recursos de terceiros ou repasse de recursos da SPA;
- Definição da organização e funcionamento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Formalização de diretrizes e regras relativas ao sistema de governança da SPA mediante a instituição da Política de Governança, a qual segue o propósito de servir como um instrumento de orientação e conhecimento à sociedade, acionistas, empregados e demais stakeholders.

Os atos normativos de governança encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da SPA.:

INDICADOR DE GOVERNANÇA

A reestruturação do sistema de governança, iniciada em 2019, vem refletindo na melhoria de seu desempenho, com resultados cada vez mais positivos. No 5º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança IG-Sest, ocorrido em 2021, a SPA recebeu a 9,034, a maior nota obtida desde o 1º Ciclo. Essa pontuação representa o melhor desempenho dentre as estatais portuárias (companhias docas) e, no benchmarking setorial, a maior pontuação dentre todas as empresas estatais vinculadas ao Ministério da Infraestrutura.

O IG-Sest de 2021 é composto de um questionário com 50 questões, que consiste em itens relacionados aos relatórios anuais de atividades de auditoria interna; ouvidoria ou canal de denúncia; código de conduta e integridade, e até mesmo quesitos como acesso feminino a cargos de liderança e promoção hierárquica que contemple a diversidade e a pluralidade.



Embora não tenha havido avaliação do IG-Sest em 2020 em virtude da pandemia de covid-19, a Companhia atuou no sentido de sanear os itens não atendidos na avaliação do 4º ciclo.

7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Para que a SPA possa atingir seus objetivos, envolvendo a aceitação de oportunidades, busca do crescimento e o gerenciamento de riscos e controles, é adotado o Modelo das Três Linhas do IIA 2020, proposto pelo *The Institute of Internal Auditors*, que consiste na atualização das Três Linhas de Defesa e contribui, de forma simples e eficaz, para a comunicação dos papéis e responsabilidades de cada grupo.

O novo modelo reconhece que a gestão está envolvida nos papéis da primeira e segunda linhas, o que evidencia ainda mais a independência da auditoria interna e define as responsabilidades do corpo administrativo.

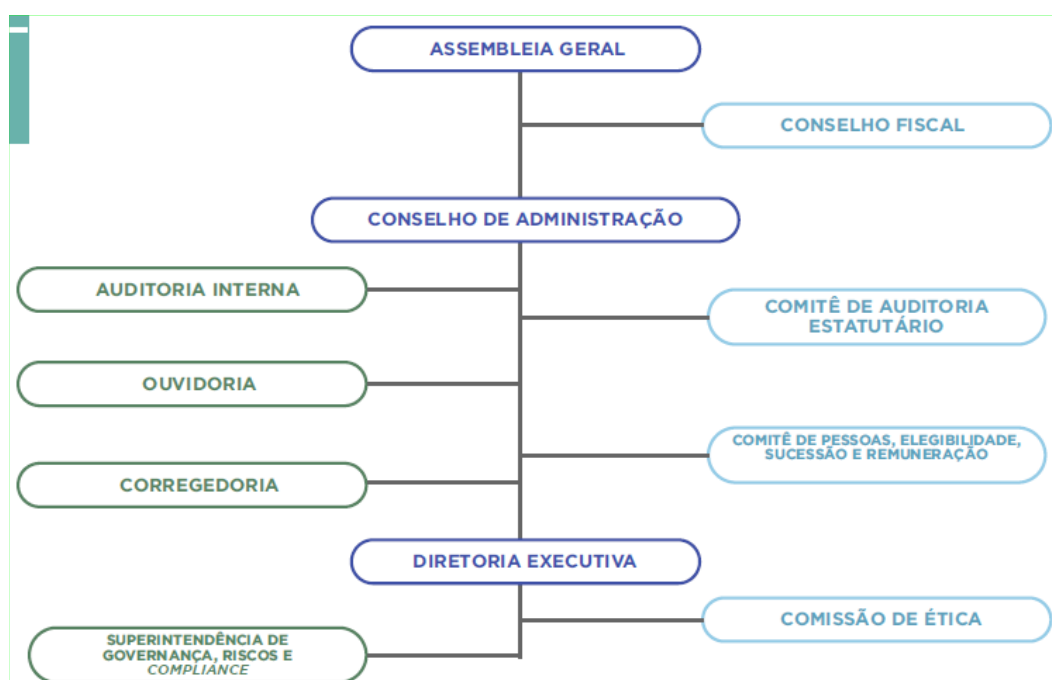
O sistema de governança da SPA está em constante evolução, em busca das principais referências sobre o assunto no mercado, para atendimento da estratégia da Companhia e das expectativas das partes interessadas. A governança é um pilar essencial para que a SPA possa otimizar valor e incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição de seus negócios, projetos e operações. A nossa estrutura administrativa é responsável pelas boas práticas de governança, de forma a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

A principal mudança ocorrida em 2021 na estrutura de governança da SPA é relacionada à criação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, obtendo um conjunto de papéis e responsabilidades mais amplos em relação ao antigo Comitê de Elegibilidade.

De acordo com o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), as instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. As instâncias externas de apoio à governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

As instâncias internas de governança são responsáveis pelo direcionamento, monitoramento e avaliação da atuação da gestão da SPA. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público. Já as instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

A estrutura de governança corporativa da SPA é constituída pela Assembleia Geral, pelos Conselhos de Administração (Consad) e Fiscal (Confis), pela Diretoria Executiva (Direxe), pela Auditoria Interna, pela área de Conformidade e Gestão de Riscos, pela Ouvidoria, Corregedoria, Secretaria-Executiva da Comissão de Ética e pelos Comitês estatutários de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.



Composição e atuação dos órgãos estatutários em 2021:

Órgão	Composição	Atuação
Assembleia Geral dos Acionistas		3 assembleias realizadas / 3 atas emitidas.
Conselho Fiscal	3 Membros	12 reuniões e atas / 15 súmulas / 02 Pareceres
Conselho de Administração	6 Membros	19 reuniões e atas / 145 deliberações / 13 súmulas / 2 Pareceres.
Diretoria Executiva	5 Membros	110 reuniões e atas / 577 decisões.
Comitê de Auditoria Estatutário	2 Membros	31 reuniões e atas / 17 manifestações
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	3 Membros	28 reuniões e atas.

7.1. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos segue o estabelecido no Regimento Interno da Companhia e na Política de Gerenciamento de Riscos vigente, que foi revisada e aprovada na 611ª reunião do Conselho de Administração da SPA, através da deliberação nº 24.2021, de 18 de março de 2021. Esta política estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão dos riscos que possam afetar os processos e objetivos da SPA.

A Companhia organiza suas atividades de gestão de riscos de acordo com o modelo das três linhas de defesa.



Fonte: Modelo das três linhas do IIA 2020.

A **1ª linha de Defesa** é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.

A **2ª linha de Defesa** está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Governança, Compliance, Riscos e Controles Internos e Secretaria de Governança Corporativa. Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A **3ª linha de defesa** é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é de avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, realizando de forma independente a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da SPA e recomendando melhorias quando necessário.

Além das três linhas de defesa, compõem o ambiente de controle e governança da SPA os seguintes documentos:

- Estatuto social vigente;
- Regimento interno da SPA;
- Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Códigos de Ética, Conduta e Integridade;
- Regulamento interno de pessoal;
- Plano de Dispendios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

Ouvidoria

Vinculada diretamente ao Conselho de Administração, a Ouvidoria da SPA é o canal de comunicação entre a SPA e a sociedade, sendo um instrumento de controle social, atuando no atendimento ao usuário a respeito da prestação de serviços oferecidos pela Companhia.

Como unidade responsável pelo recebimento, cadastro e análise de pedidos de informações, denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões e propostas, a Ouvidoria faz parte do Sistema de Integridade da SPA. Auxilia na prevenção, na detecção, na transparência e na resolução de possíveis irregularidades apontadas na execução dos programas, ações ou acordos firmados, bem como na prática de infrações e desvios de conduta de seus empregados.

Por meio da Ouvidoria, interlocutora na interação com a sociedade, a SPA possui diversos canais de atendimento disponíveis, podendo o cidadão expor sua manifestação na plataforma Fala.Br, por carta, correio eletrônico, telefone e, até mesmo, de forma presencial. As manifestações recebidas são tratadas com absoluta transparência e impessoalidade, além de registradas e analisadas de forma criteriosa, contribuindo para uma gestão responsável e eficiente. As denúncias e comunicações de irregularidade (denúncia anônima) são encaminhadas às áreas competentes para análise e manifestação, sendo acompanhadas, mensalmente, pelo Conselho de Administração. Em casos de envolvimento de empregado de cargos comissionados, a partir do nível de Gerente, o assunto é encaminhado para a Ouvidoria Geral da União, conforme artigo 20, da Portaria CGU nº 581/21.

8. MAPEAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Durante os trabalhos de mapeamento de riscos corporativos, foram identificados em conjunto com as áreas de negócio e com a alta administração, os riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais e a continuidade das atividades da SPA. Foi verificado que a Companhia está exposta a riscos das seguintes categorias:

Imagem e Reputação	Comunicação externa
	Comunicação e Divulgação
Meio Ambiente	Mudanças Climáticas
Modelo de negócio	Mercado e concorrência
	Modelo estatal
Político Econômico	Econômico
	Regulatório
Conformidade	Legislações e resoluções
Governança e Integridade	Conduta Ética e Integridade
	Cultura Organizacional
	Estrutura Organizacional
Sustentabilidade	Responsabilidade Ambiental e Social
Financeiro	Gestão de Investimentos
	Gestão Financeira
Comercial	Gestão de Contratos de Clientes
Operação	Capacidade e eficiência operacional
	Contratação de Bens e Serviços
	Infraestrutura
	Logística
	Segurança Pública e Patrimonial
Pessoas	Disponibilidade de Recursos Humanos
	Saúde e Segurança no Trabalho
Tecnologia da informação	Inovação e Tecnologia
	Segurança da Informação
	Sistemas de TI

9. REMUNERAÇÃO

A remuneração e demais benefícios dos membros estatutários da companhia são fixados anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, conforme estabelecido no Estatuto Social da SPA.

Os valores da remuneração são definidos dentro das bases legais e acompanham o equilíbrio interno, desempenho da empresa e dos diretores, individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

48

A Companhia adota o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), regido pela Lei 6.404/76 (Sociedades por Ações) e o Honorário Variável Mensal (HVM), parcela variável do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, sendo as metas do HVM estabelecidas trimestralmente pelo Conselho de Administração e pela SNPTA/MInfra e aprovadas pelo Conselho de Administração e o Programa RVA aprovado pelo Ministério da Infraestrutura e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2021 a SPA auferiu um lucro líquido recorde de R\$ 329 milhões e um caixa bruto de R\$ 1,3 bilhão, conquistando sua independência de recursos do Orçamento Federal para realizar investimentos, resultado esse que permitirá a distribuição de dividendos recordes à União, bem como o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados.

No contexto da Governança são destaques, a reformulação do Plano Estratégico 2021-2025, importante ferramenta de informação e tomada de decisão, e a implementação da Nova Arquitetura de Normas que reviu e adequou o então inflacionado e disfuncional arcabouço normativo da Companhia.

A realização do “Investors Day” da Companhia, o SPA Day, inaugurou a interlocução sistemática com um público de interesse, propiciando a geração de uma agenda sólida entre a SPA e potenciais investidores.

A evolução do processo de desestatização da SPA, cuja expectativa de conclusão será em 2022, logrará ao comércio exterior do País e à sociedade um ativo mais eficiente e competitivo, conforme entende o Conselho de Administração, essa transferência à iniciativa privada, como a mais importante etapa para consolidar as transformações até aqui realizadas.

Na movimentação de cargas foram atingidos sucessivos recordes mensais, cujo acumulado anual alcançou 147 milhões de toneladas.

Outras importantes conquistas foram a adesão da SPA ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) além do prêmio AAPA-CIP Port Industry Award of Excellence, pelo protagonismo da Companhia no combate à covid-19, e a criação do Comitê de Inovação, ferramenta promotora da inovação tecnológica que identificará ideias com potencial de serem transformadas em oportunidades de negócio.

Por fim merecem destaque a reestruturação tarifária, trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2019, com implementação prevista para 2022, a aprovação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), que definiu uma robusta carteira de leilões de áreas, os avanços, no projeto da nova Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), cuja modelagem espera-se seja aprovada no primeiro semestre de 2022, e a qualificação do túnel submerso no Conselho do Programa Parcerias de Investimentos (CPPI) que estabelecerá a ligação seca entre Santos e Guarujá, a maior obra de integração metropolitana da Baixada Santista.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “*carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração*”.

50

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A SPA é uma empresa pública que tem por objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo Ministério da Infraestrutura, ao qual se vincula.

As principais atividades desenvolvidas pela SPA estão expressas em sua missão:

Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

A Autoridade Portuária de Santos tem a competência de arrecadar, no Porto de Santos, os valores definidos na Tarifa Portuária. As tarifas cobradas pela Companhia destinam-se a permitir a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

As tarifas portuárias são organizadas em um conjunto de tabelas correspondentes a cada um dos tipos de serviços prestados pela SPA no atendimento ao navio, operador portuário ou dono de mercadorias (importadores e exportadores):

TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA I	INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO	<p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acesso aquaviário, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Profundidades adequadas às embarcações no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem; 3. Balizamento e a sinalização do canal de acesso, desde o seu início até as instalações de acostagem; 4. Áreas de fundeio; e 5. Demais requisitos da infraestrutura quanto à prevenção de riscos operacionais e ambientais, incluindo gestão e combate às emergências.
TABELA II	INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM	<p>As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acostagem, isto é:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Cais, píeres e pontes de atracação que permitam a execução segura da movimentação de cargas, de tripulantes e de passageiros; 3. Instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias

TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA III	INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE	<p>As tarifas desta tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre, por ela mantida, que os operadores portuários ou requisitantes encontram para acesso e execução de suas operações no porto, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013; 2. Arruamento; 3. Pavimentação; 4. Sinalização e iluminação; 5. Acessos rodoviários ou ferroviários, quando construídas ou mantidas pela Administração Portuária; 6. Dutos e instalações de combate a incêndio; 7. Redes de água; 8. Esgoto; 9. Despesas com Energia Elétrica e Telecomunicação; 10. Instalações sanitárias; 11. Áreas de estacionamento; 12. Sistema de proteção ao meio ambiente e de segurança do trabalho; 13. Vigilância das dependências portuárias.

TABELA	DESCRIÇÃO	NORMAS DE APLICAÇÃO
TABELA IV	MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	NÃO SE APLICA
TABELA V	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM	NÃO SE APLICA
TABELA VI	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	NÃO SE APLICA
TABELA VII	DIVERSOS PADRONIZADOS	As tarifas desta tabela remuneram os atendimentos prestados pela Administração do Porto no fornecimento de água e de energia elétrica, na atracação, desatracação e deslocamento das embarcações ao longo do local de acostagem e, ainda, quaisquer préstimos de natureza diversa ou não enquadrados nas tabelas anteriores.
TABELA VIII	USO TEMPORÁRIO E ARRENDAMENTO REALIZADO COM BASE EM ESTUDOS SIMPLIFICADOS	NÃO SE APLICA
TABELA IX	COMPLEMENTARES	-

2 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A área de Governança, Riscos e *Compliance* faz parte do Sistema de Integridade da SPA que é composto também pela Ouvidoria, Comissão de Ética, Corregedoria e Auditoria Interna. A Superintendência de Governança, Riscos e *Compliance* (Sugov) tem suas atribuições previstas no Estatuto Social e no Regimento Interno da SPA. A Sugov está vinculada ao Presidente, mas pode se reportar diretamente ao Conselho de Administração caso haja suspeição do Diretor-Presidente, ou quando este deixar de cumprir suas obrigações.

A Sugov tem como competência zelar para que SPA mantenha sua estrutura, processos e sistemas em conformidade com todas às exigências legais e regulatórias aplicáveis à Companhia, e alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

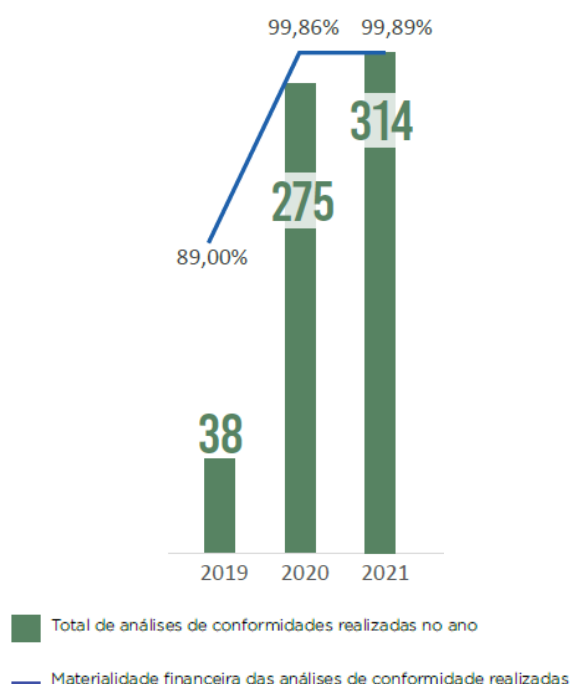
Compliance

O *Compliance* tem a missão de garantir a conformidade do processo de tomada de decisão e da prática de atos de gestão, pautando a conduta dos dirigentes,

empregados, e stakeholders, além de reforçar e garantir o compromisso da empresa com a cultura de integridade. Checagem nos procedimentos de contratações

O *Compliance* realiza as análises de conformidade documental das contratações com o objetivo de melhor subsidiar as decisões da alta administração. Essa análise consiste na verificação da documentação elaborada pelas áreas da SPA participantes das fases interna e externa das contratações, de modo a propiciar um adequado grau de confiança, assegurando o atendimento aos dispositivos estabelecidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia.

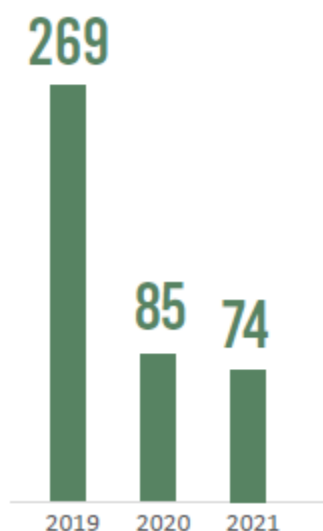
54



O procedimento de análise de conformidade documental foi criado em 2019 e desde então tem sido aprimorado. Em 2021 quase a totalidade da materialidade financeira dos processos de contratações da SPA foi analisada pelo *Compliance*.

Checagem da integridade de gestores

O processo de seleção e recrutamento de novos gestores é atribuído à área de recursos humanos. Porém, desde 2019 o *Compliance* participa desse processo ao verificar as informações prestadas pelo indicado na Autodeclaração de Integridade, assim como realiza pesquisas adicionais em bancos de dados públicos na internet.



Em 2019 houve um número maior de análise realizadas porque todos aqueles que já ocupavam cargos de gestão foram verificados, já nos anos posteriores o procedimento foi mantido com 100% dos ocupantes analisados pelo *Compliance* antes da nomeação.

Política de Integridade

O *Compliance* elaborou a Política de Integridade da SPA, que entrou em vigência a partir do dia 13/05/2021 e estabeleceu os princípios e diretrizes que orientam o cumprimento de normas relacionadas à integridade e anticorrupção, com o objetivo de ratificar o comprometimento da SPA em garantir um ambiente corporativo íntegro, transparente e ético em suas relações internas e externas.

Outras atividades realizadas pelo *Compliance*

- Análise da conformidade de 23 processos instaurados para aplicação de penalidade para licitantes ou fornecedores;
- Pesquisa reputacional de 15 leiloeiros para atuação em leilões promovidos pela SPA;
- Pesquisa reputacional de 5 pessoas jurídicas e 7 pessoas físicas referentes a doações ofertadas ou recebidas pela SPA;
- Participação no grupo de trabalho que atualizou o Regulamento Interno de Licitações e Contratos; e
- Coordenação da equipe que elaborou o Manual de Conduta e Integridade.

Corregedoria

Em junho de 2020 foi criada a Gerência de Corregedoria da SPA, observados os requisitos do Decreto nº5.480/05. Vinculada ao Presidente, podendo se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações específicas, sua criação teve como principais objetivos garantir o deslinde das apurações disciplinares e implementar a Lei nº 12.843/13 na empresa, promovendo a responsabilização pelos atos lesivos praticados pelas pessoas jurídicas identificadas.

Principais resultados de 2021:

	2019	2020	2021
Instauração de IPS/PAD ¹	45	33	60
Instauração de PAR ²	0	6	4
Celebração de TAC ³	0	16	17
Total de investigações iniciadas	45	55	81
PAD/IPS ¹ concluídos	23	66	85
PAR ² concluídos	0	0	2
Estoque de apuratórios em curso ao fim do ano	86	58	37
Tempo médio dos processos em curso ao final do ano (em dias)	549	588	222
Total de sanções aplicadas	4	7	18

Decorrências da Operação Círculo Vicioso



1. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a Investigação Preliminar Sumária (IPS) são os procedimentos estabelecidos pela SPA para apurar eventuais irregularidades cometidas por empregados públicos.
2. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) é o procedimento estabelecido pela Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), a ser observado pelos órgãos e entidades do

Poder Executivo Federal para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos.

3. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é instrumento consensual por meio do qual o empregado se compromete a adequar sua conduta e ressarcir o erário por eventuais danos, encerrando as apurações iniciadas pela Administração.

1 FATORES DE RISCO

1.1 Riscos e Controles Internos

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos vem seguindo o estabelecido no Regimento Interno da Companhia e na Política de Gerenciamento de Riscos vigente, que foi revisada e aprovada na 611ª reunião do conselho de administração da SPA, através da deliberação nº 24.2021, de 18 de março de 2021.

57

Gestão de Riscos na SPA

A Companhia assume o compromisso de enviaar os melhores esforços para mitigar os riscos e reconhece a importância de fortalecer a cultura, o gerenciamento de riscos, a governança e a integridade em todos os níveis da sua estrutura. A gestão de riscos na SPA está pautada no compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos com o negócio, buscando, por meio do tratamento tempestivo de seus riscos, garantir a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade operacional, alinhada aos seguintes princípios:

- Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público; Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco,
- observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à SPA;
- Utilização do mapeamento de riscos no apoio à tomada de decisão e à
- elaboração do planejamento estratégico; e
- Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.



Buscando uma melhor compreensão dos principais riscos que ameaçam a SPA e a definição das melhores estratégias de resposta e monitoramento aos riscos identificados, bem como a melhoria contínua dos processos e controles, em 2021 foi iniciado o mapeamento dos riscos corporativos da SPA. O processo de mapeamento foi realizado em consonância com a política de riscos da Companhia e de acordo com as seguintes etapas:



As informações estão fluindo oportunamente e corretamente por toda a organização? A gestão de riscos está sendo eficaz?



É necessário algum ajuste?



Quais riscos podem impactar os objetivos ou a continuidade da SPA?



Qual a probabilidade de ocorrência e o impacto no caso de materialização desses riscos?



Qual tipo de tratamento será dado aos riscos?

A gestão de riscos e controles internos na SPA tem como objetivos:

- Dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade da Companhia, contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos da SPA e a redução dos riscos a níveis aceitáveis;
- Contribuir para a melhoria da eficiência, da eficácia e da efetividade operacional, mediante a implantação das ferramentas de gestão de riscos e atividades de controles internos no âmbito de toda a organização, incluindo todos os processos e observando os princípios de economicidade, ética, eficiência, eficácia e efetividade;
- Agregar valor à Companhia ao assegurar que as informações produzidas sejam íntegras, tempestivas e confiáveis propiciando a melhoria dos processos de tomada de decisão, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas, de forma que tais informações sejam suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a SPA, inclusive para determinar questões relativas à delegação, e sirvam de suporte para o tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes da sua materialização;
- Assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria Companhia; e
- Salvar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE O DESEMPENHO E ATENDIMENTO DAS METAS E RESULTADOS

De forma complementar às análises financeiras realizadas no item 6.2 do Capítulo de Políticas Públicas, ao longo de 2021 as ações da SPA foram pautadas nos 3 eixos estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico da Companhia.

As principais realizações de 2021, iniciativas estratégicas, resultados dos indicadores e desafios para o próximo exercício foram detalhados no Relatório Anual 2021. Em adição, a análise requerida pela Lei nº13.303/16, art. 23, § 2º, que determina que o Conselho de Administração deve “promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões”, é divulgada pela Companhia por meio do relatório Conclusões Consad do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo.

Esses documentos encontram-se disponíveis no site eletrônico do Porto de Santos.

A Companhia adota a prática de remuneração variável de forma a promover os objetivos, metas e resultados a serem atingidos definidos pela SNPTA/MInfra e Conselho de Administração. No ano, a Diretoria Executiva emvidou esforços na consecução dos objetivos definidos, o que resultou na média anual de 100% no cumprimento das metas de gestão de 2021.

Ao longo de 2021, a SPA tendo por base propósitos inovadores e as melhores práticas de governança e transparência, com foco em aumentar a eficiência e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente e lucrativa, emvidou esforços em medidas indispensáveis para preparar a SPA para a máxima geração de valor no processo de desestatização.

4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2020 a SPA conduziu ações de melhoria com o propósito de adequar o seu sistema de governança aos requisitos de transparência obrigatórios para as empresas estatais, os quais são determinados pelo arcabouço normativo formado pela Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Paralelamente, a SPA adota como referência as melhores práticas de governança corporativa disseminadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pela B3 (segmento do Novo Mercado) e pelas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a fim de aumentar e melhorar o nível de maturidade e eficácia em seus processos de governança.

O Sistema de Integridade da SPA é uma forte ferramenta de Governança que reúne o conjunto de agentes, mecanismos e procedimentos internos adotados para a prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes. Esse sistema visa pautar a conduta dos dirigentes, empregados e stakeholders, além de reforçar o compromisso

da empresa com a promoção da cultura de integridade, transparência e ética nas suas atividades.

Como resultado das ações realizadas para o fortalecimento e aprimoramento de seu Sistema de Integridade, em 2021 a SPA conquistou a nota 9,034 no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), considerado como o melhor desempenho da história da SPA.

O Sistema de Integridade da SPA, composto pela Ouvidoria, Comissão de Ética, *Compliance*, Auditoria Interna e Corregedoria, reforça o compromisso da empresa em consolidar a cultura de integridade, transparência e ética no ambiente corporativo e na forma como a empresa realiza seu negócio.

60

Entre os dias 29 de setembro e 5 de outubro de 2021 a SPA realizou, pelo terceiro ano consecutivo, a Semana de Integridade. O evento promoveu 14 treinamentos desenvolvidos por diversas áreas da empresa e por agentes externos, atualizando conhecimentos em relação à integridade nos processos internos e relações com os *stakeholders*.

Ao longo de 2021, a SPA promoveu a elaboração de novos documentos de governança como a Política de Governança Corporativa, Política de Segurança e Privacidade e SGPI, Política de Indicação, Avaliação, Capacitação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários, Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários, Política de Assuntos Financeiros, Política de Assuntos Jurídicos, Regimento Interno do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Resumo das principais práticas:

- Conselho de Administração e Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos no Estatuto Social da SPA;
- Existência de uma Política de Divulgação de Informações Relevantes;
- Existência de uma Política para Transações com Partes Relacionadas;
- Existência de uma Política de Distribuição de Dividendos;
- Existência de uma Política de Gerenciamento de Riscos;
- Existência de uma Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Existência de uma Política de Gestão de Pessoas;
- Existência de uma Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários;
- Existência de uma Política de Indicação, Avaliação, Capacitação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários;
- Existência de uma Política de Governança Corporativa;
- Existência de uma Política de Porta-Vozes;
- Existência de um Manual de Conduta e Integridade;
- Existência de um Código de Ética;
- Existência de um Sistema de Integridade;

- Administradores e Conselheiros fiscais sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16;
- Existência do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Existência do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Existência do Relatório anual previsto na Lei nº 6.404/ 76;
- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva;
- Publicação das demonstrações financeiras;
- Auditoria Interna e Ouvidoria vinculada ao Conselho de Administração.

Os documentos de governança corporativa estão disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

5 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Conforme estabelecido no Estatuto Social da SPA, a remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.

A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

As informações quanto a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2021, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/06/16.

Em 30 de maio de 2022.

62

Fabio Lavor Teixeira

Presidente do Conselho de
Administração

Mariana Pescatori Candido da Silva

Conselheiro de Administração

Regis Xavier Holanda

Conselheiro de Administração

Marcos Kleber Ribeiro Felix

Conselheiro de Administração

Adilson Luiz Gonçalves

Conselheiro de Administração

Sidney Antonio Verde

Conselheiro de Administração

Thiago Benito Robles

Conselheiro de Administração